

NÓS E AS DESIGUALDADES

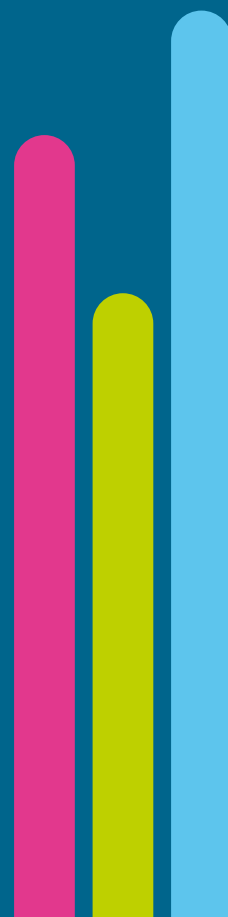


OXFAM
Brasil

www.oxfam.org.br

PESQUISA OXFAM BRASIL/DATAFOLHA
PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES NO BRASIL

SETEMBRO DE 2022



OXFAM BRASIL

Conselho Deliberativo

Andre Degenszajn, Bianca Santana, Hélio Santos (presidente), Maria Abramo Caldeira Brant (vice-presidente) e Mário Theodoro.

Conselho Fiscal

Ana Cristina Ferreira Medeiros, Marisa Ohashi e Wander Telles

Direção Executiva

Kátia Maia

Equipe Gerência

Débora Borges (Gerente Mobilização, Comunicação e Captação de Recursos), Maitê Gauto (Gerente de Programas, Incidência e Campanhas) e Mirella Vieira (Gerente de Operações).

Equipe

Alisson Gomes, Amanda Pimentel, Anderson Lourenço, Anna Carolina Souza, Bárbara Barboza, Cleizia Sales, Geiza Lobato, Gustavo Ferroni, Isabel Pato, Jefferson Nascimento, Jorge Cordeiro, Juliana Vasco, Julianne Nestlehner, Luiz Franco, Marcus Carvalho, Mariana Franco, Mícole Cerqueira, Marcus Carvalho, Néia Limeira, Poka Nascimento, Saulo Mendonça, Selma Gomes, Sheila Horta, Talita Hypólito, Tauá Pires, Thaís Almeida, Uly Zizo, Vanessa Correia e Yasmin Oliveira.

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Maitê Gauto

Textos

Jefferson Nascimento

Pesquisa

Instituto Datafolha

Colaboração

Débora Borges, Jean de Souza, Jorge Cordeiro, Luciana Chong, Juliana Vasco, Katia Maia, Profa. Dra. Marta Arretche, Néia Limeira, Thais Almeida.

Projeto Gráfico e Diagramação

Brief Comunicação



/oxfambrasil



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	4
METODOLOGIA	5
SUMÁRIO DOS RESULTADOS	6
ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS	8
1. PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES E MOBILIDADE SOCIAL	10
1.1. SEM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NÃO HÁ PROGRESSO	10
1.2. PERCEPÇÕES SOBRE CLASSE E RENDA	11
1.2.1. Sobre Pobreza	11
1.2.2. Sobre riqueza	12
1.2.3. Otimismo individual, ceticismo social	15
1.2.4. Novas desigualdades: Mudanças climáticas e tecnológicas	19
1.3. A ILUSÃO DA MERITOCRACIA	22
1.4. FÉ, FORMAÇÃO E FUNÇÃO: PRIORIDADES PARA UMA VIDA MELHOR	25
2. PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E RAÇA	27
2.1. IMPACTO NA RENDA DE GÊNERO E RAÇA	27
2.2. DESIGUALDADE DE RAÇA E GÊNERO: CONSOLIDAÇÃO DA TENDÊNCIA	28
2.3. RAÇA, GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	31
3. PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E TRIBUTAÇÃO	35
3.1. O PAPEL DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	35
3.2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	37
3.3. MAIOR APOIO À TRIBUTAÇÃO GERAL E DOS RICOS	39
3.4. ESTADO PRESENTE E POLÍTICAS UNIVERSAIS	44
4. NÓS E AS DESIGUALDADES: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO	48
REFERÊNCIAS	53

APRESENTAÇÃO

A Oxfam Brasil apresenta os resultados de sua quarta pesquisa de percepção, realizada em conjunto com o Instituto Datafolha. A análise dos dados presente neste relatório visa contribuir para o debate público sobre a redução das desigualdades no Brasil.

A pesquisa revela uma tendência consolidada de percepção da sociedade brasileira sobre as desigualdades no país, inclusive quanto às diferenças de oportunidades e realidades vivenciadas por mulheres e homens, pessoas brancas e negras, e à necessidade de ação prioritária do Estado para a redução da distância entre ricos e pobres.

Os resultados mostram ainda uma quase unanimidade quanto à percepção de que é obrigação de governos garantirem renda e assistência social a quem mais precisa, e que o aumento de impostos para pessoas muito ricas deve contribuir para isso. Além disso, revela um indiscutível apoio à universalidade de políticas públicas de saúde e educação.

A população brasileira apoia medidas como a lei de cotas raciais nas universidades para equalizar oportunidades e segue vendo com ceticismo o papel da meritocracia pura e simples para a melhoria de vida. Uma das prioridades de brasileiras e brasileiros, indicadas na pesquisa para um futuro mais próspero, é o emprego e renda.

Essas são algumas das percepções que emergem da pesquisa, que consultou presencialmente 2.564 pessoas, em nível nacional, na primeira quinzena de março de 2022. O retrato que apresentamos aqui mostra uma população solidária, comprometida com os princípios de justiça social que lastreiam a ordem jurídica inaugurada com a Constituição Federal de 1988.

Essa fotografia é ainda mais nítida quando consideramos a população mais jovem, de 16 a 24 anos, cuja participação nas discussões dos rumos do Brasil só tende a crescer nos próximos anos. Nessa faixa etária, a percepção sobre as desigualdades supera a média em diversos

aspectos apresentados na pesquisa. Trata-se de uma mensagem firme, principalmente em ano de eleições gerais no país, considerando o registro eleitoral recorde entre jovens de 16 e 17 anos.

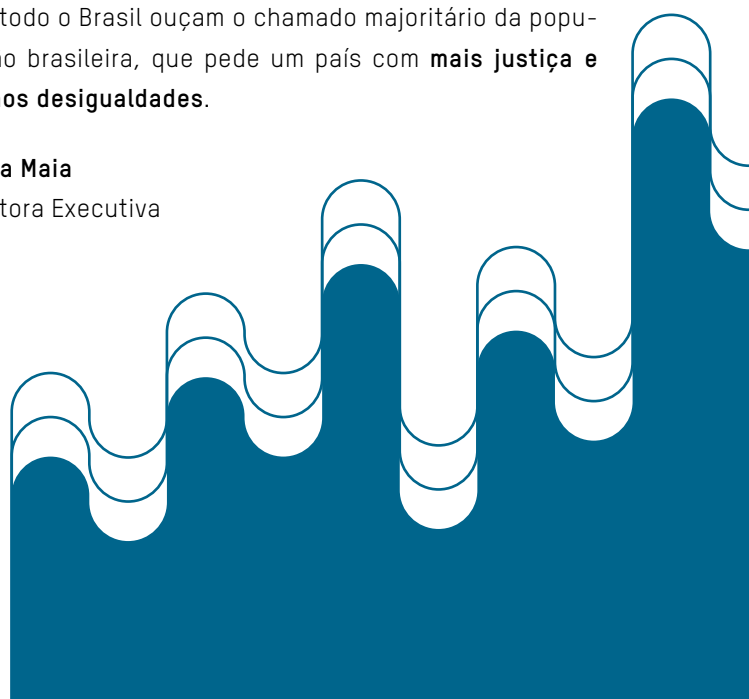
Outro destaque da pesquisa é o apoio (96%) à garantia, pelos governos, de recursos para programas de transferência de renda e de assistência social, principalmente para quem mais precisa. No mesmo sentido, para 95% dos brasileiros, o Auxílio Brasil deveria atender todas as pessoas em situação de pobreza.

Tais percepções confirmam a expressão de uma sociedade que está vivendo a deterioração do quadro social e econômico do país, no qual mais de 33 milhões de brasileiros passam fome.

Para transformar esse cenário, a mensagem para governantes dos poderes Executivo e Legislativo no país é ressonante e cristalina: o Estado brasileiro tem que se comprometer efetivamente com a redução das desigualdades, da pobreza e da fome, por meio de políticas públicas consistentes e bem financiadas. E os recursos devem ser obtidos por meio de uma maior tributação sobre os mais ricos.

Esperamos que os resultados desta pesquisa de percepção contribuam para o debate público, quando o país se prepara para as eleições mais importantes das últimas décadas. Que as candidatas e candidatos a mandatos por todo o Brasil ouçam o chamado majoritário da população brasileira, que pede um país com **mais justiça e menos desigualdades**.

Katia Maia
Diretora Executiva



METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha por meio de abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais.¹ Tais abordagens contaram com questionário estruturado, produzido pela Oxfam Brasil em conjunto com o Instituto Datafolha, e aplicado durante 20 minutos.

A amostra de entrevistados é de 2.564 pessoas em nível nacional, permitindo-se também a leitura por regiões (Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste). As entrevistas foram realizadas em 130 municípios de pequeno, médio e grande portes, incluindo regiões metropolitanas e cidades do interior.

O período da aplicação das entrevistas foi de 8 a 15 de março de 2022. A margem de erro para a amostragem geral é de 2%, para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Ou seja, se fossem realizados 100 levantamentos com a mesma metodologia, em 95 deles os resultados estariam dentro da margem de erro prevista.

Por ser uma pesquisa amostral realizada em locais de grande circulação de pessoas, o Instituto Datafolha definiu uma amostra que busca refletir o próprio perfil da sociedade brasileira de acordo com o último Censo Demográfico, realizado em 2010.

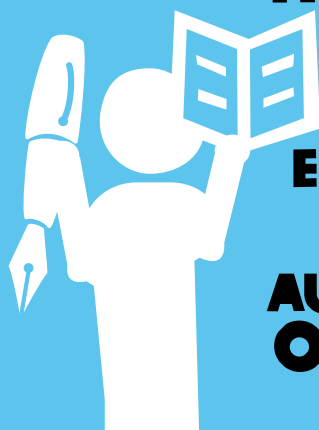
O questionário aplicado teve 30 perguntas, incluindo questões abertas, baterias de concordância e discordância, e perguntas fechadas (excluídas perguntas de identificação). Tanto o questionário quanto as informações sobre a amostragem utilizada pelo Instituto encontram-se disponíveis no **site da Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)**, juntamente com a apresentação geral do Instituto Datafolha e os microdados da pesquisa.

Por fim, os resultados oferecidos pelos recortes de sexo, raça e renda escolhidos para este relatório foram feitos pelo próprio Instituto Datafolha, que tabulou os microdados da pesquisa.

SUMÁRIO DOS RESULTADOS

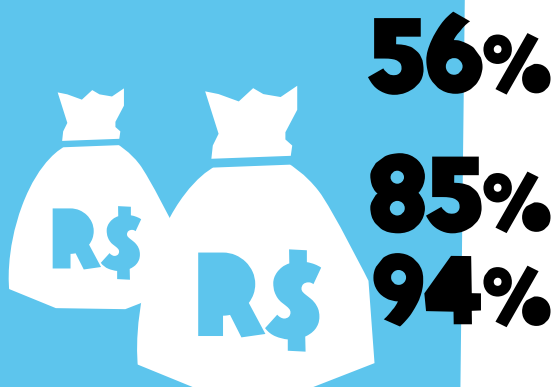


**TER EMPREGO
CRESCER NO TRABALHO**



ESTAR EMPREGADO

AUMENTO DA OFERTA DE EMPREGOS



PROTEÇÃO DO ESTADO PARA OS MAIS POBRES

dos brasileiros acreditam que é obrigação dos governos garantir recursos para programas de transferência de renda e de assistência social, principalmente para quem mais precisa.

defendem que o Auxílio Brasil deve atender a todas as pessoas que estejam em situação de pobreza.

TRABALHO COMO PRIORIDADE

é destaque entre os aspectos para uma melhora de vida, totalizando 54% das três primeiras prioridades para uma vida melhor.

também aparece bem colocada entre as prioridades, com 55% quando somadas as quatro primeiras opções prioritárias.

foi indicada como primeira prioridade para ter uma vida melhor em uma taxa acima da média (16%) por pessoas de 25 a 44 anos (19%), com ensino superior (19%), que ganham até um salário-mínimo (21%), que recebem Auxílio Brasil (20%) ou Auxílio Gás (22%), e por quem acredita que retrocedeu de classe social nos últimos cinco anos (19%).

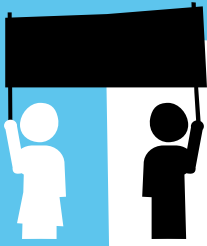
e “aumento do salário-mínimo” estão entre as medidas prioritárias para a redução de desigualdade, com médias 9,6 e 9,5, respectivamente.

APOIO À TRIBUTAÇÃO

concordam com o aumento dos impostos em geral para financiar políticas sociais (mesmo patamar verificado na pesquisa de 2021).

concordam com o aumento dos impostos de pessoas muito ricas para financiar políticas sociais (em 2021, eram 84%).

concordam que o imposto pago deve beneficiar os mais pobres.



SEM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NÃO HÁ PROGRESSO

85%

creem que o progresso do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre pobres e ricos.

87%

concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre muito ricos e muito pobres (eram 85% na pesquisa de 2021).

OTIMISMO INDIVIDUAL EM QUEDA, CÉTICISMO SOCIAL EM ASCENSÃO

64%

acreditam que estarão na “classe média” ou “classe média alta” em cinco anos (mesmo percentual da pesquisa de 2021).

65%

não acreditam que as desigualdades diminuirão nos próximos anos (64% em 2021).

MÉRITO NÃO RESOLVE



62%

duvidam que o trabalho sirva como equalizador das chances dos mais pobres (60% em 2021).

54%

não creem que a educação das crianças pobres equaliza suas chances de uma vida bem-sucedida. (52% em 2021).

74%

acreditam que a lei de cotas para ingresso em universidades federais tem tido um papel importante na redução de desigualdades.



GÊNERO E RAÇA IMPACTAM RENDA

69%

concordam que o fato de ser mulher impacta a renda (67% em 2021).

59%

concordam que negros ganham menos (58% em 2021).

GÊNERO E RAÇA NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

71%

acham que mulheres têm menos chances de serem eleitas para governos e legislativos por serem mulheres.

68%

acreditam que negros têm menos chances de serem eleitos para governos e legislativos por serem negros.

A COR DA PELE DEFINE



75%

acreditam que a cor da pele influencia a contratação por empresas (em 2021, eram 76%).

86%

acreditam que a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial (em 2021, eram 84%).

79%

concordam que a Justiça é mais dura com negros (78% em 2021).

AS PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

9,6

foi a nota média para “investimento público em educação”; “investimento público em saúde”; “aumento da oferta de empregos” e “combater corrupção”.

9,5

foi a nota média para “garantir direitos iguais entre homens e mulheres”; “combater o racismo” e “aumento do salário-mínimo”.



ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS

A pesquisa Nós e as Desigualdades 2022, produzida pela Oxfam Brasil em parceria com o Instituto Datafolha retrata a percepção pública brasileira após dois anos do início da pandemia de covid-19, em momento de relativo controle do coronavírus à luz de razoável cobertura vacinal no país, com redução dos indicadores de novos casos e mortes. Os resultados registram também a percepção nacional no início do quarto e último ano do primeiro mandato do governo de Jair Bolsonaro e, mais importante, em pleno contexto de debate no marco das eleições de 2022.

Esta é a quarta edição da pesquisa e seus resultados possibilitam analisar uma série histórica, iniciada em 2017, que apresenta a percepção de brasileiros e brasileiras diante de alterações no cenário social, econômico e político do Brasil. A pesquisa foi realizada 15 meses após a terceira edição, sendo o menor período entre pesquisas verificado desde o início da série.



Diferença de tempo entre a realização das pesquisas de campo pelo Datafolha

	REALIZAÇÃO DO CAMPO PELO DATAFOLHA	MESES NA COMPARAÇÃO COM A EDIÇÃO ANTERIOR
1ª edição	Agosto de 2017	-
2ª edição	Fevereiro de 2019	18 meses
3ª edição	Dezembro de 2020	22 meses
4ª edição	Março de 2022	15 meses

Consolidando a percepção das três pesquisas anteriores, fica evidente **a importância que a sociedade brasileira dá à redução das desigualdades como passo fundamental para o progresso do país**, conforme opinam quase nove em cada 10 brasileiros. Os dados também indicam a consolidação da percepção da sociedade sobre a desigualdade na distribuição de renda no Brasil, quando comparamos com a realidade em 2021.

Na comparação com 2019, o sentimento de otimismo individual sobre o futuro caiu para a maior parte da população, com uma redução de seis pontos percentuais. O percentual de brasileiros que se consideram de classe média baixa ou baixa se manteve estável, oscilando dentro da margem de erro entre 2021 e 2022 (69% contra 70%) e de maneira mais significativa em relação a 2019 – cinco pontos percentuais a mais. Um quinto dos brasileiros acreditam ter caído de classe social. Quase dois terços dos brasileiros acreditam que o **Brasil não reduzirá desigualdades em um futuro próximo**.

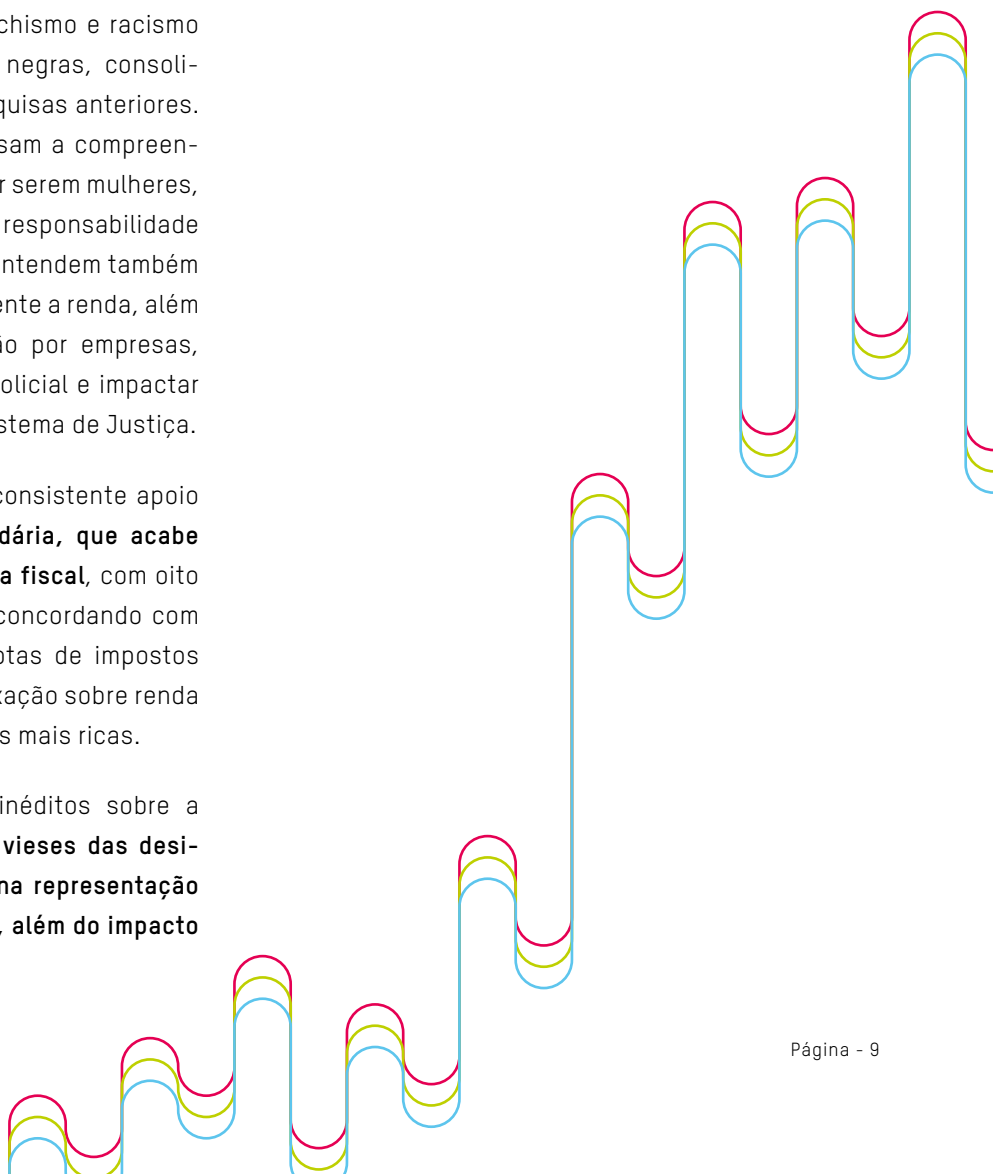
A população reconhece o peso do machismo e racismo que recai sobre mulheres e pessoas negras, consolidando a percepção verificada nas pesquisas anteriores. Assim, brasileiras e brasileiros expressam a compreensão de que mulheres ganham menos por serem mulheres, e de que sobre elas não devem recair a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados. Entendem também que a cor da pele influencia negativamente a renda, além de reduzir as chances de contratação por empresas, aumentar as chances de abordagem policial e impactar negativamente o comportamento do sistema de Justiça.

Os dados mostram a manutenção do consistente apoio a **uma reforma tributária justa e solidária, que acabe com a regressividade do nosso sistema fiscal**, com oito em cada dez brasileiros e brasileiras concordando com a necessidade de redução das alíquotas de impostos sobre bens e serviços e aumento da taxa sobre renda e patrimônio mormente para as pessoas mais ricas.

Finalmente, a pesquisa traz dados inéditos sobre a percepção da sociedade sobre **novos vieses das desigualdades, incluindo a desigualdade na representação política de mulheres e pessoas negras, além do impacto desigual das mudanças climáticas**.

Nesta nota são apresentados os principais resultados da pesquisa. Parte deles é referente a perguntas novas, realizadas somente neste ano. Outra parte inclui perguntas feitas nos quatro anos, 2017, 2019, 2021 e 2022, referenciados ao longo do texto e nos gráficos para fins de comparação.

Esta Nota Informativa está dividida em quatro partes: **1. Percepções sobre desigualdades e mobilidade social; 2. Percepções sobre gênero e raça; 3. Percepções sobre tributação e políticas sociais; 4. Nós e as desigualdades: caminhos para a redução**. Outros detalhes sobre as margens de erro por recorte amostral, e a descrição da amostra analisada, podem ser encontrados no site da Oxfam Brasil.



1. PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES E MOBILIDADE SOCIAL

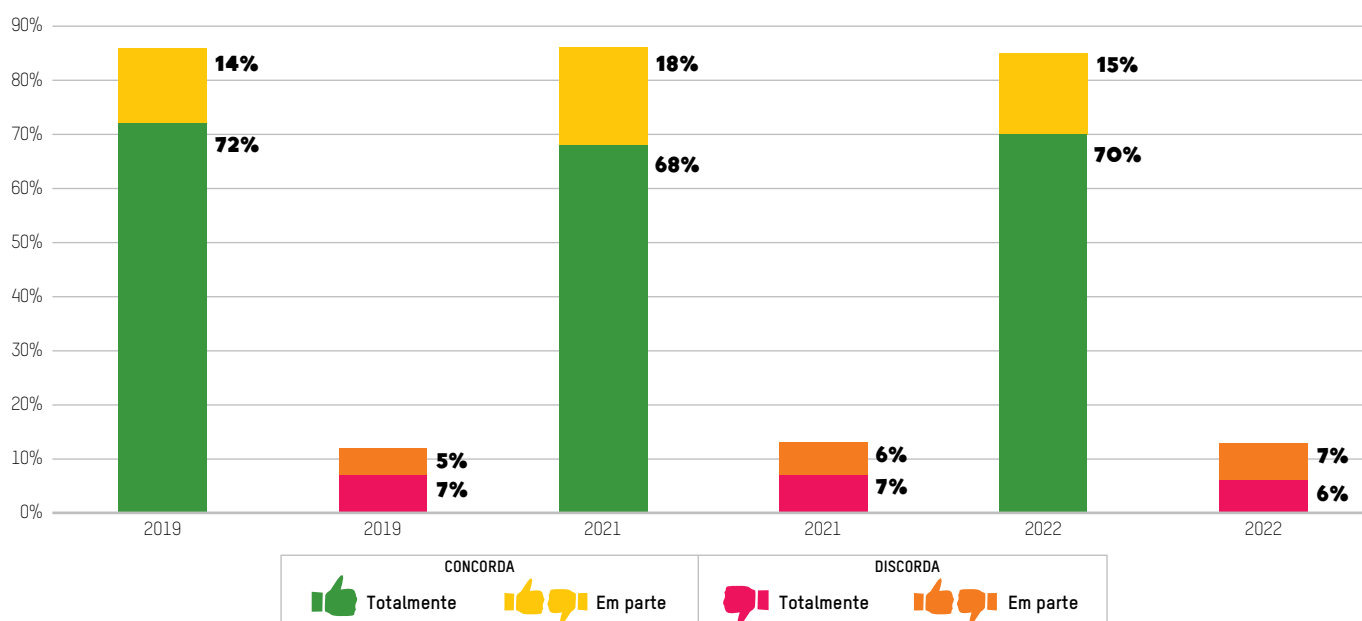
1.1. SEM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NÃO HÁ PROGRESSO

A busca da igualdade material e de uma vida digna é um anseio que encontra guarida na Constituição Federal de 1988, que estabelece a redução de desigualdades, erradicação da pobreza e marginalização como princípios basilares do Estado brasileiro.² Pouco mais de três décadas após a promulgação do texto constitucional, os dados desta pesquisa mostram que brasileiros e brasileiras – especialmente os mais jovens, nascidos após 1988 – se mantêm alinhados com os princípios de justiça social e econômica inscritos na Constituição.

De acordo com a pesquisa Nós e as Desigualdades 2022 Oxfam Brasil/Datafolha, o progresso do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre ricos e pobres para 85% dos brasileiros e brasileiras, uma oscilação para baixo dentro da margem de erro dos percentuais verificados nas últimas duas pesquisas. Como mostra o **Gráfico 1**, a concordância com essa premissa é total para a ampla maioria dos entrevistados.

GRÁFICO 1.
Brasil – Necessidade de redução de desigualdade entre ricos e pobres para o progresso do país – 2019, 2021 e 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que “para o Brasil progredir é fundamental reduzir a diferença econômica entre ricos e pobres”.

1.2. PERCEPÇÕES SOBRE CLASSE E RENDA

1.2.1. SOBRE POBREZA

O compromisso com um país mais justo e menos desigual requer, como condição de efetividade, um entendimento compartilhado sobre o que é classe e renda, sem o qual as demandas por mudança social poderão se mostrar incompatíveis com a realidade nacional e a estrutura de classes no país, bem como a distribuição de renda. Nesse sentido, a pesquisa mostra, mais uma vez, que a população brasileira tem uma percepção distorcida sobre patamares de pobreza e sobre sua própria identificação individual de classe.

A percepção pública de pobreza no Brasil é dissonante quando comparada aos critérios hoje utilizados mundialmente. De acordo com dados do IBGE referentes a 2020,³ cerca de 12 milhões de brasileiros (5,7% da população) viviam na extrema pobreza no país, sobrevivendo com uma renda *per capita* de apenas R\$ 155 por mês, limiar

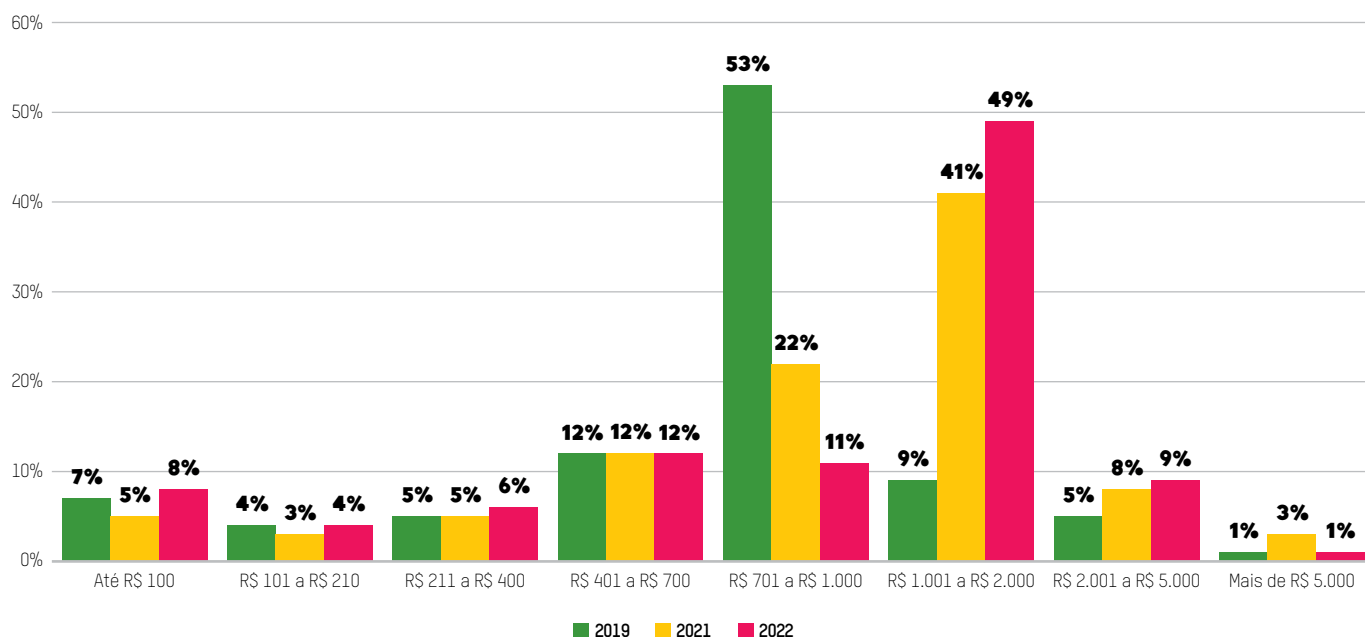
de miséria segundo o critério-base do Banco Mundial – aproximadamente o rendimento de US\$ 1,90 por pessoa/dia.⁴ Aproximadamente 51 milhões de brasileiros (24,1% da população) viviam em condição de pobreza, com uma renda *per capita* de cerca de R\$ 450 por mês, de acordo com marco de rendimento utilizado pelo Banco Mundial de US\$ 5,50 por pessoa/dia. Vale notar que os percentuais de população vivendo em situação de miséria e pobreza verificaram queda em 2020 na comparação com 2019, respectivamente de 1,1 p.p. e 1,8 p.p., impactados pelo pagamento do auxílio emergencial a partir de abril de 2020.⁵

Para apenas 12% dos brasileiros, uma pessoa pode ser considerada pobre com rendimentos de até R\$ 210, e para 18% a pobreza é definida por rendimentos individuais não maiores do que R\$ 400. Quase 3/5 dos brasileiros crê que a linha da pobreza começa nos R\$ 1.001 mensais – próximo ao valor do salário-mínimo atual –, sendo que 49% acham que ela está entre R\$ 1.001 e R\$ 2.000, como mostra o **Gráfico 2**.

GRÁFICO 2.

Brasil – Percepção da linha de pobreza – 2019, 2021 e 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Na sua opinião, até quanto uma pessoa deve ganhar por mês para ser considerada pobre no Brasil?

Nota: Os que declararam não saber somam 2%.

Dentro da faixa mais citada – R\$ 1.001 a R\$ 2.000, com 49% das respostas – há variação entre 46% e 55% de respostas dentre indivíduos em diferentes faixas de renda. Mantendo o padrão verificado nas pesquisas anteriores, a linha da pobreza é tanto maior quanto maiores são os rendimentos das pessoas entrevistadas. Entre quem tem renda superior a cinco salários-mínimos, 75% acreditam que uma pessoa pobre tem renda de mais de R\$ 1.000.

Entender o que os brasileiros entendem como pobreza é fundamental na mensuração dos desafios e percalços do debate sobre melhoria da distribuição de renda no Brasil. Uma compreensão mais abrangente pela sociedade sobre o significado e profundidade da pobreza no nosso país é pressuposto para a construção de políticas públicas sociais e redistributivas, como aquelas destinadas à proteção social e distribuição de renda.

1.2.2. SOBRE RIQUEZA

Em uma escala de 0 (“muito pobre”) a 100 (“muito rico”), 85% dos brasileiros se colocam na metade mais pobre (0 a 50), percentual muito próximo daquele verificado nas três pesquisas precedentes, com variações que nunca ultrapassaram três pontos percentuais, apontando a consolidação de uma visão distorcida da composição das classes sociais no país. Apesar de se tratar de uma oscilação positiva quando comparada a 2017 (na qual esse número foi de 88%), ainda há um longo caminho para equalizarmos o conhecimento e as percepções sobre o tema.

Essa relativa distorção, porém, deve ser lida à luz de mudanças importantes no contexto econômico no Brasil, com a queda na renda média mensal ao menor nível da série histórica do IBGE, iniciada em 2012: R\$ 1.353 por mês.⁶ Tal redução foi ainda mais intensa nas regiões Norte e Nordeste que, tradicionalmente, apresentam as menores rendas médias do país: R\$ 871 e R\$ 843 por mês, respectivamente, com quedas de 9,8% e 12,5% entre 2020 e 2021. De acordo com dados da PNAD de 2021, o Brasil tinha 36% das pessoas ocupadas recebendo renda de até um salário mínimo, um contingente de 33 milhões de pessoas, incluindo 10 milhões que recebiam até meio salário mínimo.⁷

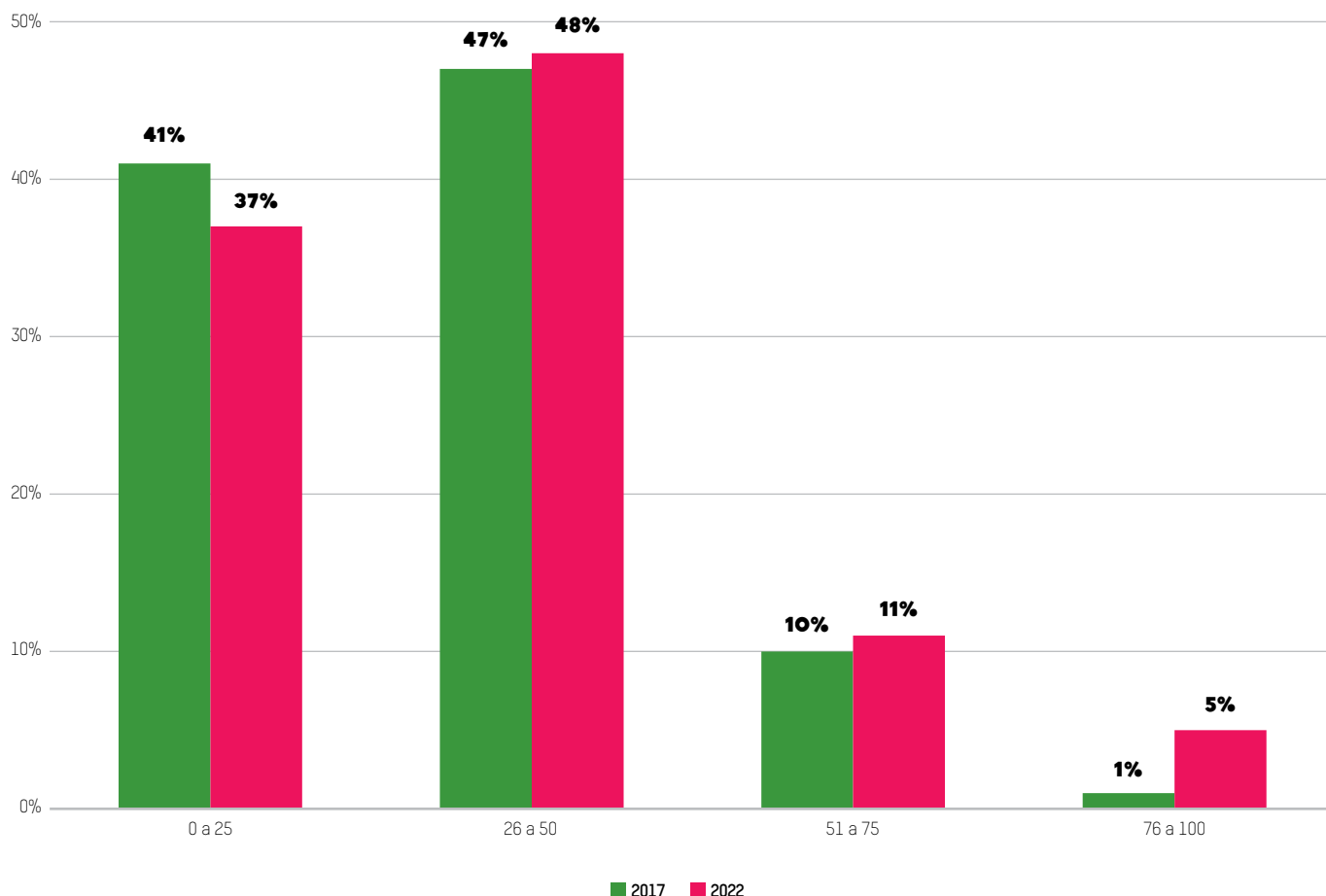
Entre 2017 e 2022, houve pequenas variações nas faixas de renda centrais (de 26 a 75), com mudanças pouco além da margem de erro (de 88% para 85%), como pode ser visto no **Gráfico 3**. As mudanças mais acentuadas ocorrem nas extremidades: diminuição de 4 pontos percentuais no ¼ mais pobre (41% para 37%) e aumento na mesma proporção no ¼ mais rico (1% para 5%).



GRÁFICO 3.

Brasil – Percepção de sua própria localização na distribuição de renda nacional – 2017 e 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Em uma escala de 0 a 100 em que 0 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você se colocaria?

Nota: Os que declararam não saber somam 1%.

Diante desse cenário, a percepção social sobre a renda mínima para estar entre os 10% mais ricos ainda está distante da realidade.

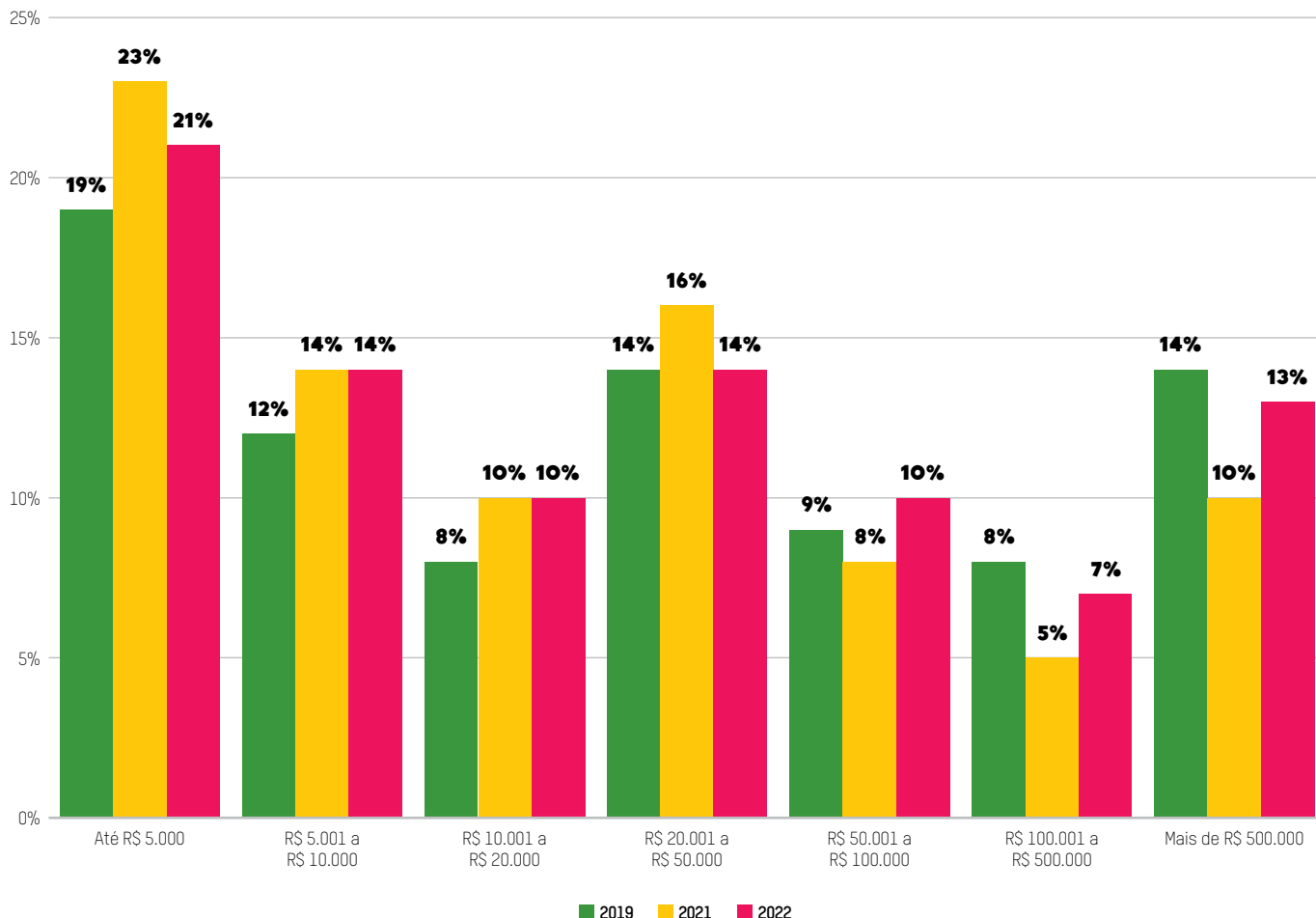
Ainda que comparada com a edição anterior da pesquisa, a percepção sobre renda mínima para estar entre os 10% mais ricos tenha melhorado, ela ainda dista bastante da realidade. Tomando em conta os rendimentos *per capita* daqueles com alguma renda, o valor mínimo para fazer parte dos 10% mais ricos do Brasil estava em 4,3 salários-mínimos em 2017⁸ – R\$ 5.212 em valores atuais⁹. Ou seja, uma base extremamente larga da pirâmide

populacional, e um cume com uma pequena minoria concentrando parte relevante dos rendimentos, faz com que não seja preciso ganhar muito dinheiro para ser incluído em faixa de renda mais elevada no país.

Entretanto, os dados nos mostram que a população brasileira desconhece a realidade de concentração de renda no país e, conseqüentemente, isso afeta a percepção individual sobre o que é pobreza e riqueza no país.

GRÁFICO 3A. Brasil – Percepção da linha de riqueza – 2019, 2021 e 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Na sua opinião, quanto você precisaria ganhar por mês para fazer parte dos 10% de brasileiros mais ricos do país
 Nota: Os que declararam não saber somam 1%.

Apenas 21% dos respondentes declararam valores inferiores a R\$ 5.000 para estar entre os 10% mais ricos – uma redução de 2 p.p., ou seja, dentro da margem de erro, em relação a 2021 (ver Gráfico 3a). Um terço (30%) dos brasileiros acreditam que é preciso uma renda superior de R\$ 50 mil mensais para estar entre os 10% mais ricos; em 2020, menos de um quarto dos respondentes (23%) tinham essa percepção. Por outro lado, 68% dos brasileiros acreditam que para fazer parte dos 10% mais ricos são necessários mais de R\$ 5.000 – em 2021, eram 62%. Um brasileiro em cada quatro pessoas (44%) acha que, para estar entre os 10% mais ricos, o mínimo seria de R\$ 20.000, quase 400% a mais do que a realidade.



1.2.3. OTIMISMO INDIVIDUAL, CETICISMO SOCIAL

Em 2022, 70% dos brasileiros se declaram pertencentes às categorias “classe média baixa” ou “pobre” – um aumento de 6 p.p. com relação a 2019 – 58% daqueles com renda individual superior a três salários-mínimos e 24% dos brasileiros com renda de mais de cinco salários-mínimos acreditam estarem nas classes mais baixas do país. Quando se considera apenas mulheres negras, 77% se consideram de “classe média baixo” ou “pobre”; entre os homens brancos, apenas 61%. Os números refletem um contexto de queda geral da renda média no país, conforme mencionado anteriormente.

Nesta pesquisa, consolida-se a queda no otimismo de brasileiros e brasileiras em relação à mobilidade social, quando comparamos com 2019: 64% dos brasileiros acreditam que em cinco anos estarão entre a “classe média” e a “classe média alta” – eram 70% em 2019. Ou seja, pós-pandemia de covid-19 e seus impactos socioeconômicos, há uma queda de quase 10% (6 p.p.) entre as pessoas que estavam otimistas/acreditavam na possibilidade de mobilidade social. Estes dados são vistos no **Gráfico 4**.

O mesmo acontece no estrato dos que recebem até um salário-mínimo de rendimentos individuais mensais: 62% creem que ascenderão de classe social até 2027, uma variação dentro da margem de erro na comparação com 2021, porém 10% menor (6 p.p.) em relação a 2019. A parcela dos brasileiros que acredita ter deixado a pobreza caiu de 8% para 3% entre 2019 e 2022, ou seja, é diminuta a percepção de mobilidade social para os estratos mais pobres da população.

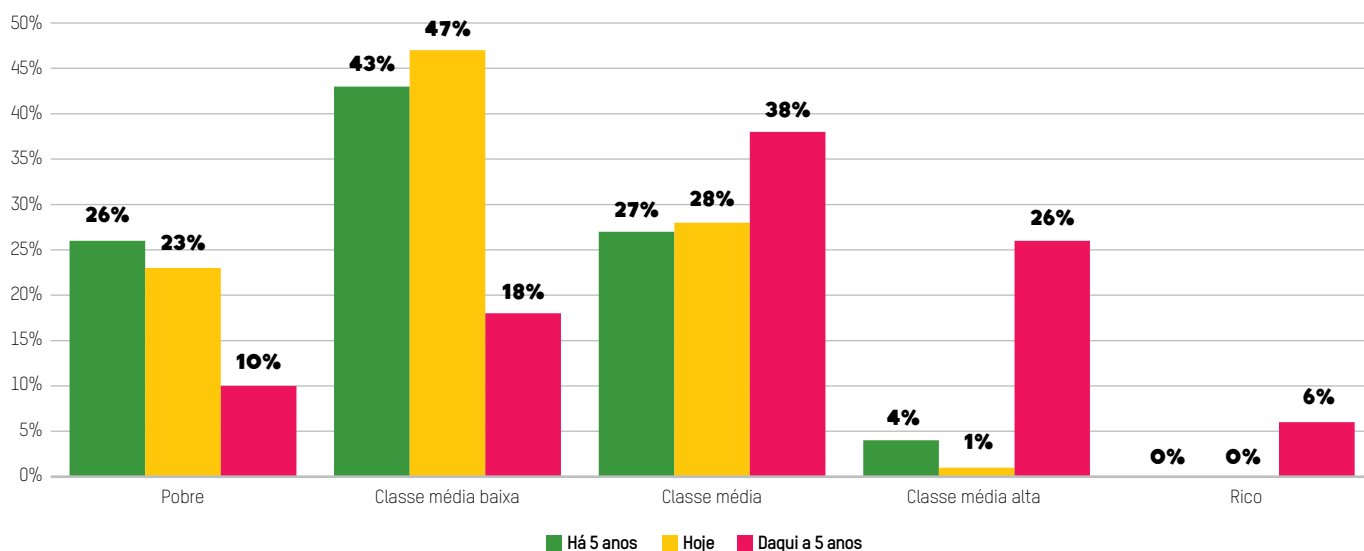
Os dados reiteram o que já foi verificado nas pesquisas anteriores, com a maioria da população se mostrando otimista quanto à possibilidade individual de mobilidade social, com 64% dos brasileiros declarando o anseio de ascender à “classe média” e à “classe média alta” nos próximos cinco anos – e isso mesmo com o aumento do percentual da população que se reconhece como economicamente pobre hoje – confirmando o cenário de empobrecimento e queda na renda das famílias. –,

Há ainda um grupo minoritário, de 6% de pessoas, que se vê ascendendo ao grupo dos “ricos” no período de cinco anos (em 2021, eram 5%), apesar de não haver respondente que tenha se classificado como “rico” nos dias de hoje (ou há cinco anos).

GRÁFICO 4.

Brasil – Autopercepção de classe social hoje, há cinco anos e daqui a cinco anos - 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Considerando sua renda e padrão de vida, você se considera em qual dos seguintes grupos? E há cinco anos, aproximadamente, você estava em qual desses grupos? E daqui a cinco anos, você imagina estar em qual desses grupos?

Um quinto dos brasileiros crê que sua classe social piorou desde 2017 (ver **Gráfico 5**). Levando em conta apenas esse grupo, o aprofundamento da crise econômica e a inflação são as principais razões identificadas para a queda na renda e empobrecimento da população: a percepção da piora nas condições financeiras da família aumentou 20% (de 36% em 2021 para 43% em 2022) e o percentual de pessoas que identificou a inflação como razão para a queda na renda quintuplicou (de 1% em 2021 para 5%). Outras razões perderam relevância diante do cenário de crise econômica: falta de oportunidade de trabalho ou experiência profissional (de 42% em 2021 para 40%, oscilando dentro da margem de erro); falta de oportunidades de estudo (de 18% em 2021 para 12%); local de moradia (de 16% para em 2020 para 10%). O percentual de brasileiros que caíram de classe social supera a média é maior entre os mais velhos (60 anos ou mais, com 26%), autoidentificados como economicamente pobres (29%) e moradores da região Sudeste (25%).

Um quinto dos brasileiros acredita que subiram de classe social nos últimos cinco anos. Dentre as razões para a ascensão social estão as condições financeiras da sua família (28% em 2021, 32% em 2022); oportunidades de estudo que teve (28%, mesmo percentual de 2021); e local de moradia (oscilando dentro da margem de erro, de 17% em 2021 para 16% agora). Houve queda de quase 20% no percentual de pessoas que entendem a existência de oportunidades de trabalho ou experiências profissionais que teve como razão para terem mobilidade social (de 61% em 2021 para 50%).

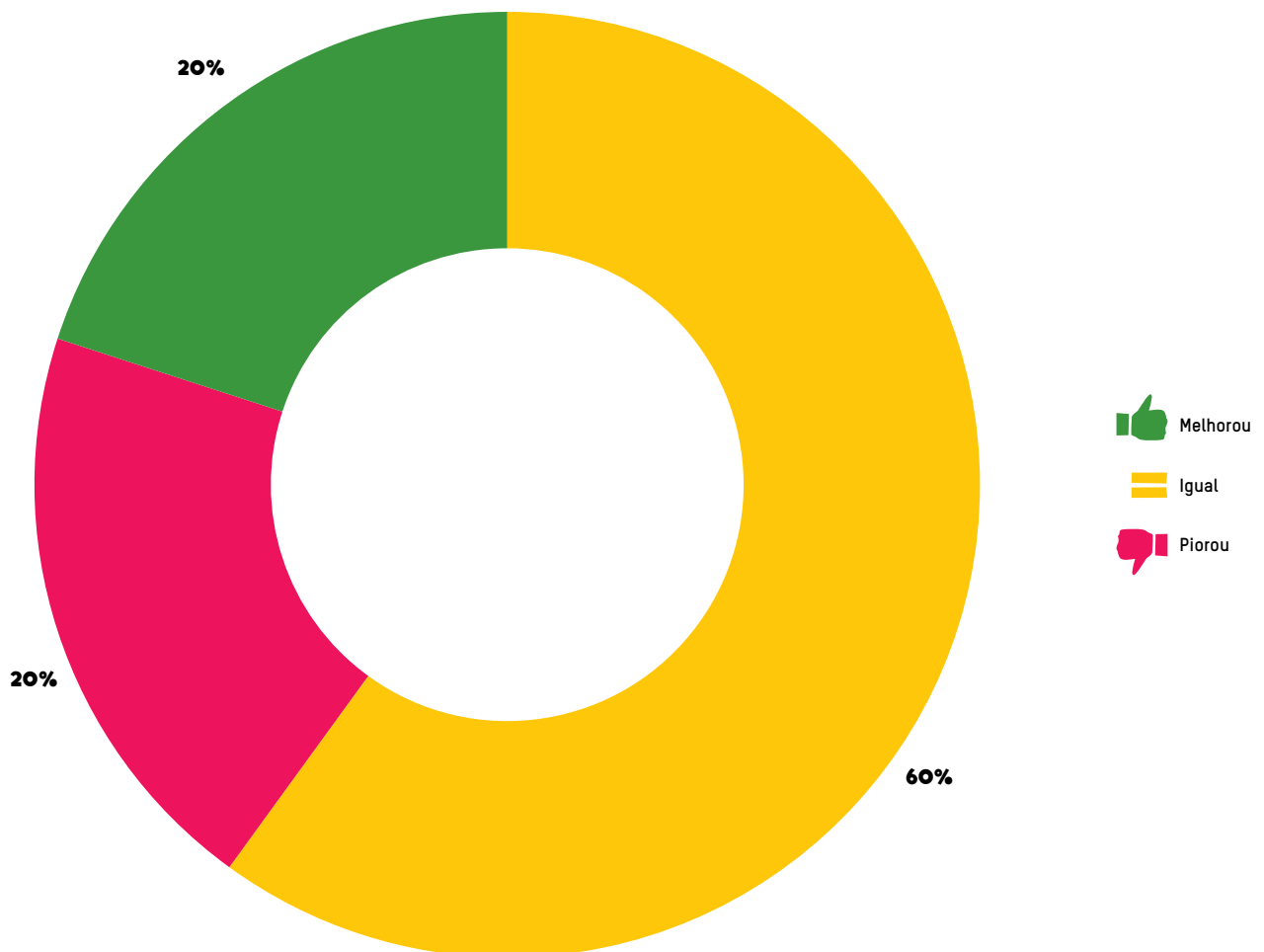
Entretanto, entre os brasileiros com ensino superior que subiram de classe social, 61% apontam oportunidades de trabalho como a principal razão para a ascensão, enquanto 50% indicam como principal razão as oportunidades de estudo que tiveram. Considerando brasileiros com o ensino fundamental, as condições financeiras da sua família (35%) e oportunidades de trabalho ou experiência profissional (32%) aparecem como as principais razões do avanço. A existência de oportunidades de trabalho ou experiências profissionais como principal razão para ascensão social também é destaque nos dois extremos de renda individual: 44% até um salário-mínimo e 76% acima de cinco salários-mínimos.



GRÁFICO 5.

Brasil – Autopercepção de mobilidade social nos últimos cinco anos – 2017 - 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Considerando sua renda e padrão de vida, você se considera em qual dos seguintes grupos? E há cinco anos, aproximadamente, você estava em qual desses grupos?

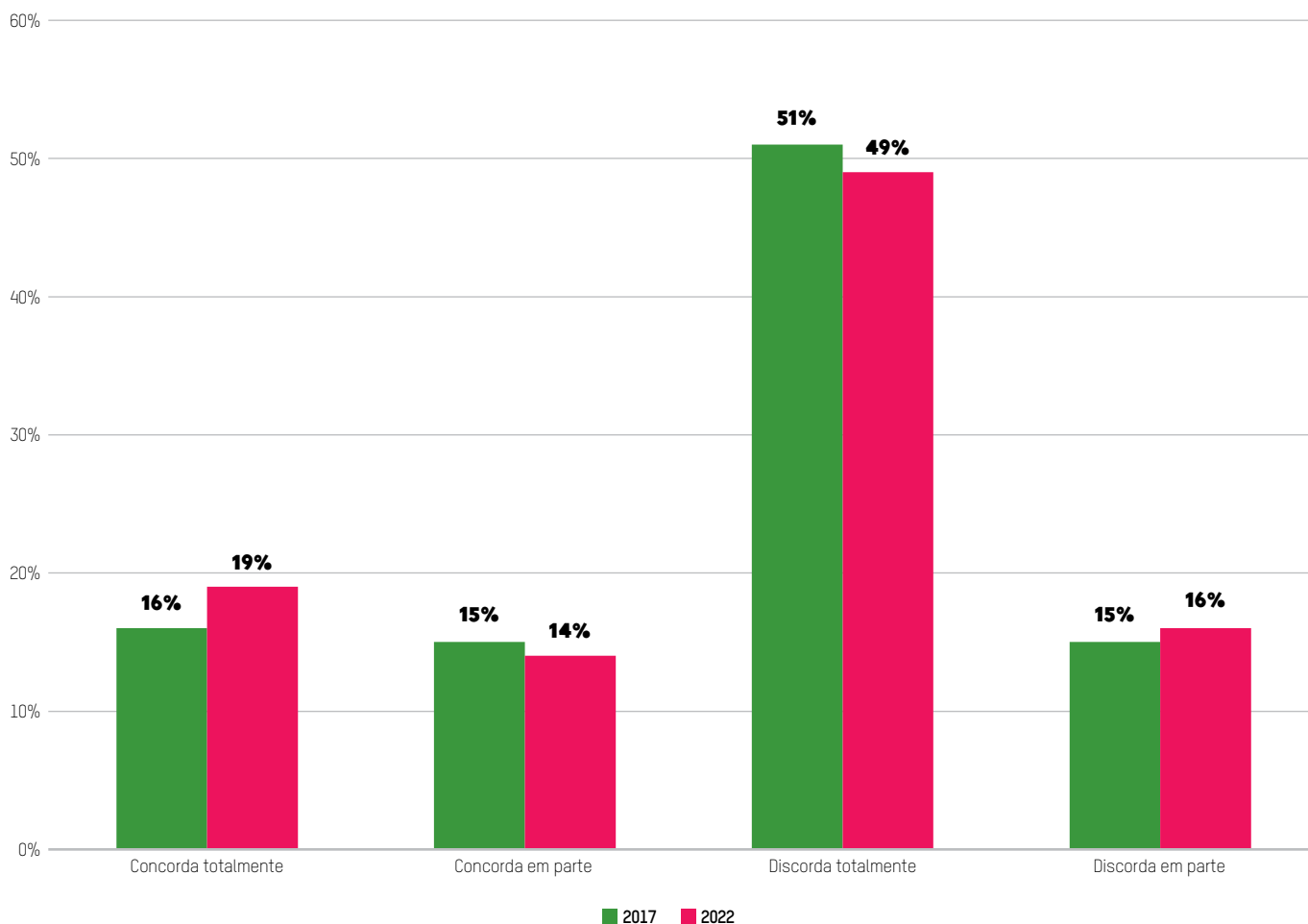
Na comparação com 2021, o principal destaque dentre as justificativas de progresso ou regressão social é o papel das condições financeiras familiares. Considerando os brasileiros que vivenciaram piora de classe social, a falta de condições materiais da família passou de 34% em 2021 para 42% em 2022, sendo a principal causa da queda. Considerando os brasileiros que ascenderam socialmente, a existência de suporte financeiro familiar também foi mais citada pelos entrevistados: de 28% em 2021 para 32% em 2022. Em um contexto de agravamento da crise econômica proporcionado, em parte, pela continuidade dos efeitos deletérios da pandemia de Covid-19, ter o respaldo familiar acabou fazendo a diferença, seja para o avanço, seja para o retrocesso social.

Se ainda há uma percepção otimista de progresso individual, não se pode dizer o mesmo quanto às expectativas de avanço no combate às desigualdades sociais, que aponta para uma consolidação de uma perspectiva pessimista. O **Gráfico 6** aponta que 65% da população discorda total ou parcialmente que a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir nos próximos anos no Brasil, representando uma queda de 4 p.p. na comparação com a primeira pesquisa, de 2017. Entre os que concordam que haverá diminuição da diferença entre mais ricos e mais pobres no Brasil nos próximos anos, houve uma pequena oscilação de 2 p.p. entre 2017 e 2022, dentro da margem de erro: de 31% para 33%.

GRÁFICO 6.

Brasil – Percepção sobre a possível queda das desigualdades nos próximos anos – 2017 e 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que “nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil”.

Nota: Os que responderam “não concorda nem discorda” somam 1% em 2019 e 2020. Os que declararam não saber somam 2% em 2019 e 1% em 2020.

1.2.4. NOVAS DESIGUALDADES: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TECNOLÓGICAS

O cenário de pessimismo social encontra eco na percepção dos brasileiros sobre o impacto das mudanças climáticas e tecnológicas sobre as desigualdades, pela primeira vez incluídas na série de pesquisas Nós e as Desigualdades da Oxfam Brasil/Instituto Datafolha.

A preocupação sobre as mudanças climáticas está na ordem do dia em todo o mundo. Em abril de 2022, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) apresentou relatório defendendo a necessidade de cortes céleres, profundos e imediatos nas emissões de dióxido de carbono (CO₂), sem os quais seria impossível evitar os piores impactos no planeta já a partir de 2025¹⁰. Em julho de 2022, diante da onda de calor no verão europeu, o secretário-geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, reiterou que metade da população do planeta vive em zonas de perigo de inundações, secas, tempestades extremas e incêndios florestais. “Mas continuamos alimentando nosso vício em combustíveis fósseis; nós temos uma escolha: a ação coletiva ou o suicídio coletivo”, afirmou Guterres.¹¹ No Brasil, ativistas¹² e coalizões¹³ ressaltam o efeito agravado da crise climática sobre pessoas negras e periféricas, apontando o impacto de eventos climáticos extremos, como alagamentos, inundações e deslizamentos de terra, em populações que residem em moradias em situação precarizadas¹⁴.

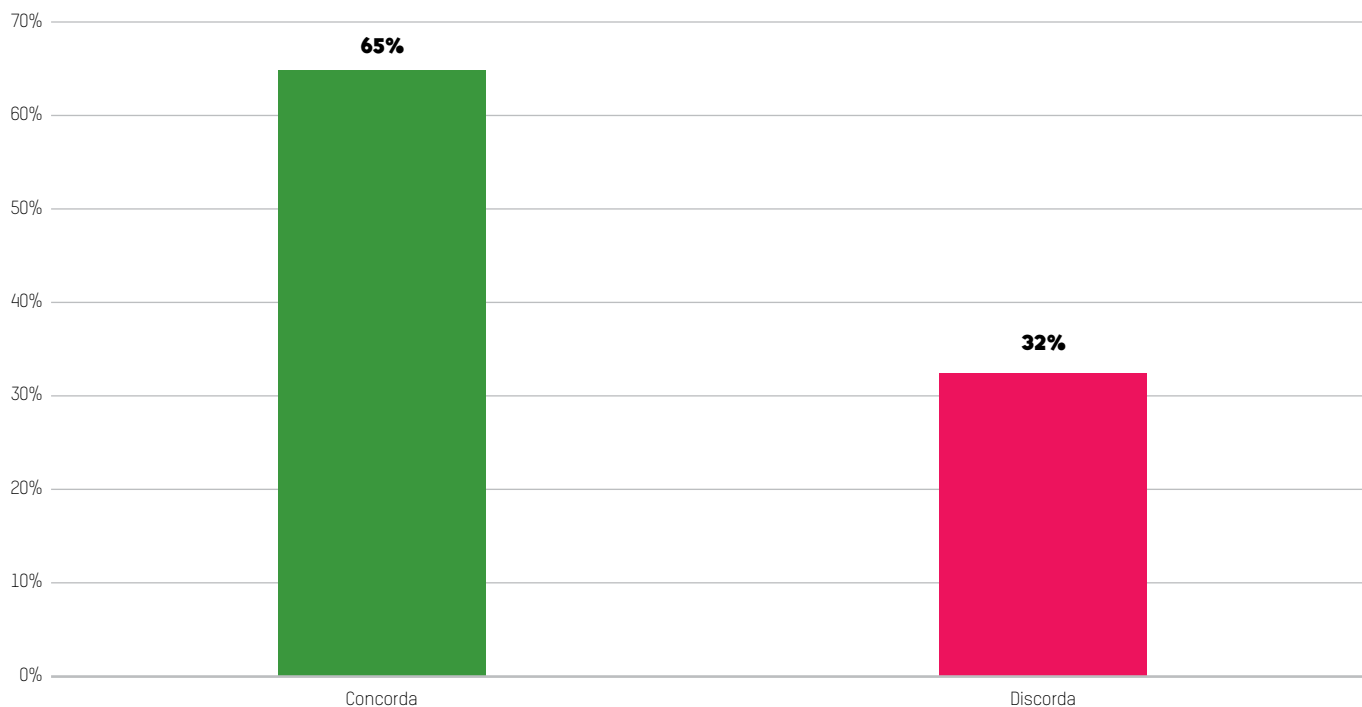
Para 65% dos brasileiros, a distância entre os mais ricos e mais pobres no país deve aumentar nos próximos anos por causa das mudanças climáticas, que estão sendo causadas pelo aquecimento global; 32% discordam (ver **Gráfico 6a**). Esta percepção sobre o impacto das alterações no clima sobre as desigualdades sociais supera a média entre os brasileiros com 60 anos ou mais (70%), entre pessoas com o ensino fundamental (71%) ou que têm renda familiar de até um salário-mínimo (71%), brasileiros autodeclarados ricos (79%), pessoas que recebem benefício de prestação continuada – BPC/LOAS (70%) ou Auxílio Brasil (70%) e entre mulheres negras (68%). A discordância sobre os impactos climáticos é maior entre pessoas entre 35 e 44 anos (39%), brasileiros com ensino superior (42%) ou com renda individual entre 3 e 5 salários-mínimos (48%), pessoas autodeclaradas como pertencentes à classe média alta (42%), entre cristãos conservadores (43%) ou homens com renda de mais de um salário-mínimo (37%).



GRÁFICO 6A.

Brasil – Mudanças climáticas causando aumento da desigualdade entre mais ricos e mais pobres – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação "A distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil deve aumentar nos próximos anos por causa das mudanças no clima, que estão sendo causadas pelo aquecimento global".

A pandemia de Covid-19 tornou mais visível o impacto da tecnologia nas vidas de bilhões de pessoas no mundo. O necessário isolamento social, uma das principais medidas no combate ao coronavírus – principalmente no contexto pré-vacina – atuou como catalizador de mudanças estruturais no mercado de trabalho, com o uso de novas tecnologias para automação na indústria, inteligência artificial e processo de digitalização de negócios.¹⁵ A economia dos aplicativos, cuja disseminação precede a pandemia, tem sua expansão ao redor do mundo associada à precarização das condições de trabalho, fazendo com que trabalhadores no Brasil e no mundo enfrentassem os impactos da crise sanitária em uma situação de maior vulnerabilidade. A possibilidade de teletrabalho, muitas vezes restrita a atividades que concentram os maiores rendimentos, fez com que pessoas com melhores condições socioeconômicas pudesse enfrentar a

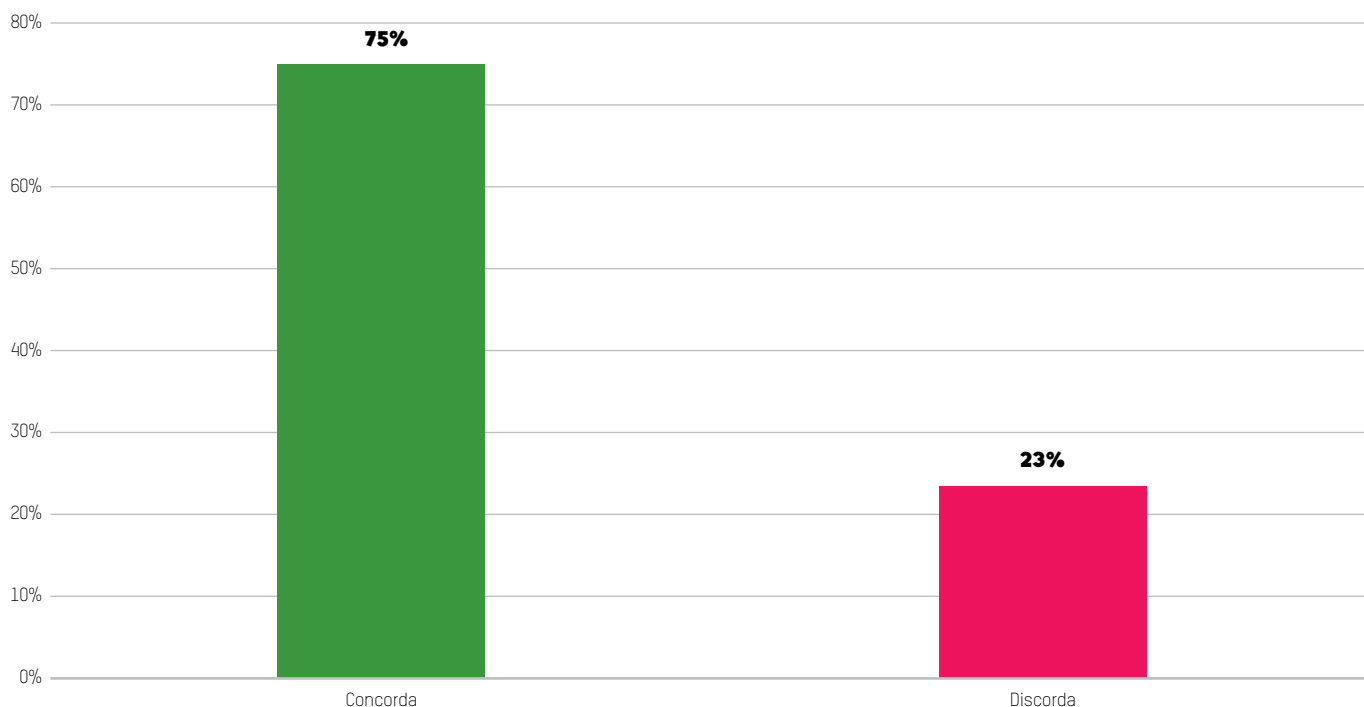
Covid-19 com uma segurança que destoa da média da população brasileira.¹⁶

Para 75% dos brasileiros, as mudanças tecnológicas estão deixando os ricos mais ricos e os pobres ainda mais pobres; 23% discordam (ver **Gráfico 6b**). A concordância supera a média entre pessoas de 45 a 59 anos (78%), com ensino fundamental (79%) ou que têm renda familiar de até um salário-mínimo (81%), brasileiros autoidentificados como pobres (81%), moradores da região Sul (78%), pessoas que seguem religiões afro-brasileiras (89%), entre mulheres negras (79%) ou mulheres que ganham até um salário-mínimo (81%). A discordância é maior que a média entre pessoas com ensino superior (31%) ou com renda individual superior a cinco salários-mínimos (42%), brasileiros autoidentificados como ricos (53%), e entre homens brancos (27%).

GRÁFICO 6B.

Brasil – Mudanças tecnológicas causando aumento da desigualdade entre mais ricos e mais pobres – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação “As mudanças tecnológicas estão deixando os ricos mais ricos e os pobres ainda mais pobres”.

1.3. A ILUSÃO DA MERITOCRACIA

Dados apontam uma posição consolidada quanto à percepção de que as chances de uma pessoa pobre se nivelam, por meio do trabalho e dos estudos, àquelas de uma pessoa rica, com variações dentro da margem de erro entre 2017 e 2022.

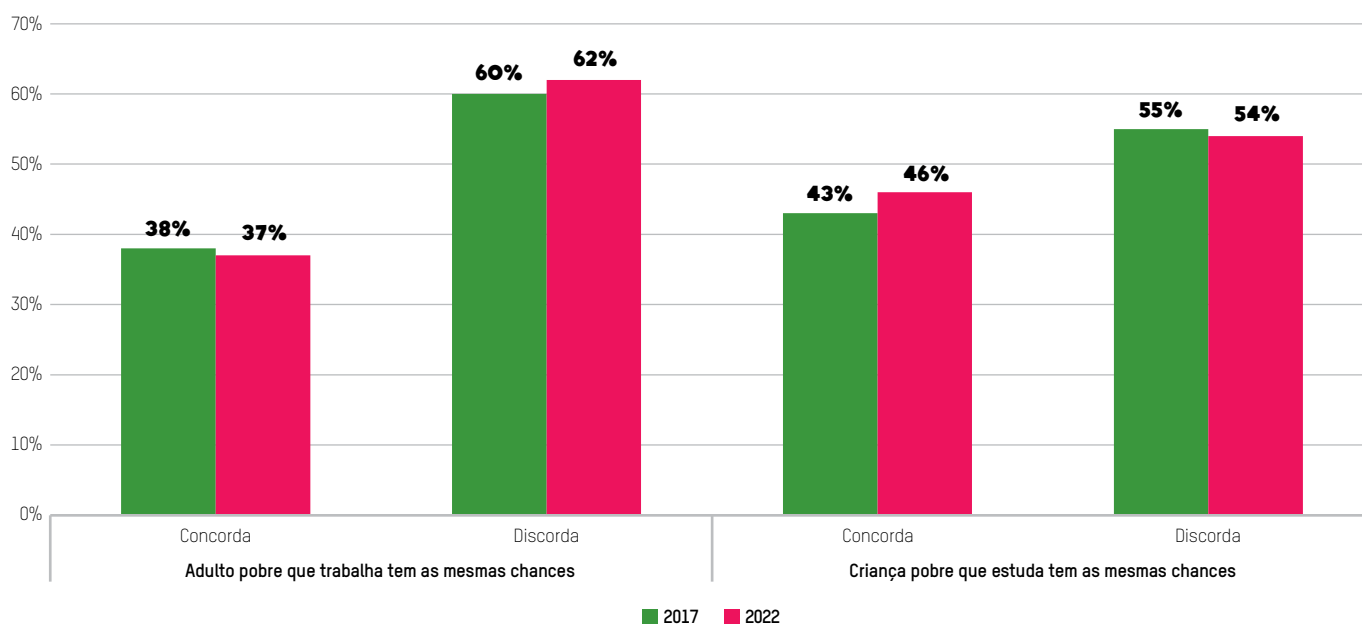
Em 2022, 62% da população discordavam e 37% concordavam que “uma pessoa de família pobre que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito”. Em 2017, esses números eram de 60% e 38%, respectivamente. A desaprovação do discurso meritocrático foi superior à média entre quem tem ensino superior (74%), tem renda individual superior a cinco salários-mínimos (70%), moradores da região Sudeste (68%), pessoas que religião afro-brasileira (76%) e entre mulheres brancas (65%). A concordância sobre a igualdade de oportunidades supera a média entre pessoas com

o ensino até o fundamental (44%), que ganham até um salário-mínimo (42%), moradores da região Norte (44%) e pessoas que se declaram cristãos conservadores (56%).

Sobre a educação como caminho para igualdade de oportunidades, 54% dos brasileiros e brasileiras discordam que “uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica”, contra 45%. Em 2017, eram 55% contra 43%, respectivamente (ver **Gráfico 7**). A discordância sobre o discurso meritocrático relacionado à educação supera a média entre pessoas de 45 a 59 anos (59%), brasileiros com ensino superior (63%), moradores de cidades com mais de 500 mil habitantes (60%) e entre homens com rendimentos individuais superiores a um salário-mínimo (59%). A aprovação da meritocracia é maior do que a média entre pessoas de mais de 60 anos (49%), quem tem apenas o ensino fundamental (49%), moradores da região Norte (53%) e de cidades com até 50 mil habitantes (51%).

GRÁFICO 7.
Brasil – Confiança no papel do trabalho e da educação como niveladores sociais para os mais pobres – 2017 e 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que “no Brasil, uma pessoa de família pobre e que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito” e de que “no Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica”.

Um debate ligado à ilusão da meritocracia é o estabelecimento e manutenção de programas de cotas no ensino superior. Sancionada em agosto de 2012, a Lei de Cotas (nº. 12.711/12) estabeleceu que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas a pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade é destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo per capita. Adicionalmente, a distribuição das vagas da cota racial e deficiência será feita de acordo com a proporção de indígenas, pretos, pardos e pessoas com deficiência da Unidade da Federação onde se situa a universidade ou instituto federal, de acordo com dados do IBGE. Este sistema é aplicável ao conjunto de 69 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

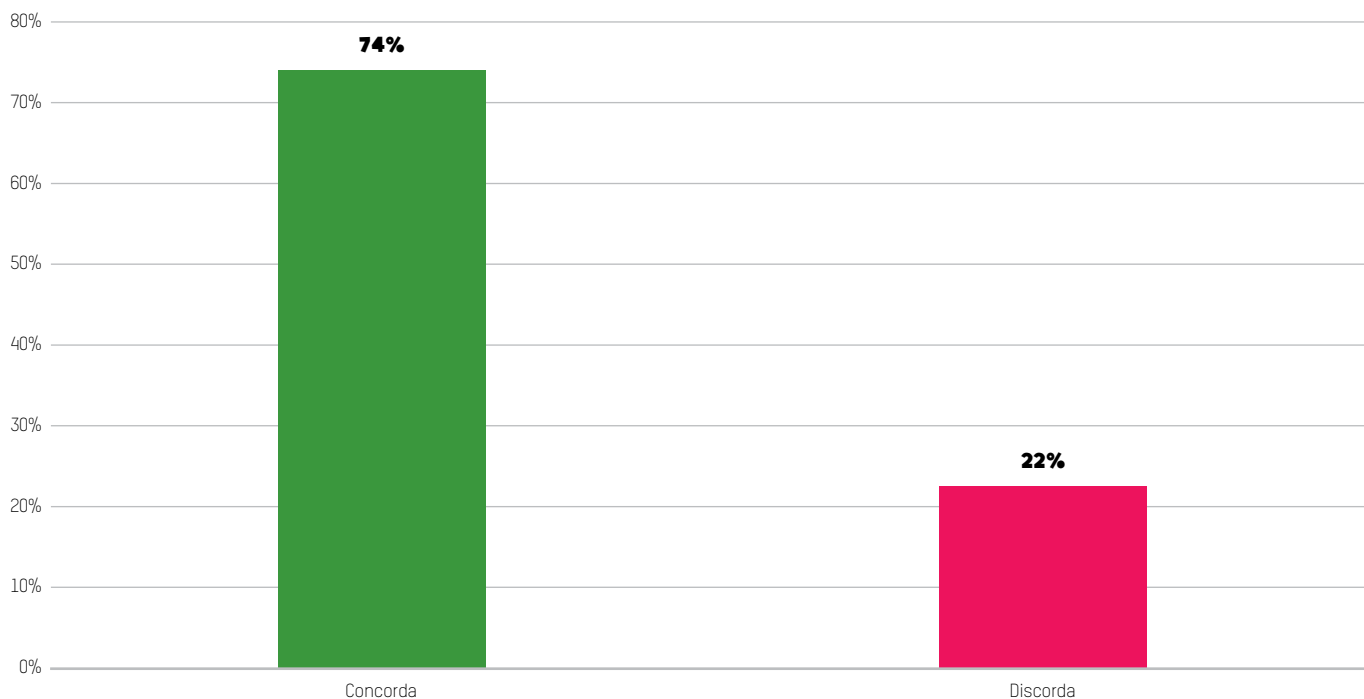
Dez anos após seu estabelecimento, os resultados da Lei de Cotas são inegáveis. As mulheres negras constituem o maior grupo nas universidades públicas do Brasil, conforme análise de dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), representando 27% dos estudantes do ensino público superior em 2019.¹⁷ Na comparação com 2021, o avanço da presença de mulheres negras em universidades públicas aumentou 8 pontos percentuais, enquanto a participação de homens brancos e mulheres brancas caiu respectivamente 5 p.p. e 13 p.p. Hipóteses que explicariam esse avanço incluem o efeito de ações afirmativas, tanto a Lei de Cotas (aplicáveis a instituições federais) como normas estaduais equivalentes, quanto uma maior escolarização das mulheres, que detêm os melhores indicadores de conclusão escolar do país.¹⁸

Nesse cenário, e diante do processo de avaliação de dez anos da Lei de Cotas previsto em seu texto, esta pesquisa pela primeira vez incluiu questionamento sobre o papel da norma na redução de desigualdades – 74% dos brasileiros concordam que a lei de cotas para ingresso em universidades federais tem tido um papel importante na redução de desigualdades; apenas 22% discordam da afirmação (ver **Gráfico 8**). O apoio é ainda maior entre jovens de 16 a 24 anos (77%), pessoas com renda familiar entre 3 e 5 salários-mínimos (77%), moradores das regiões Centro Oeste e Norte (78%), pessoas que afirmam que pioraram de classe social nos últimos cinco anos (78%), e mulheres negras (78%). A oposição à lei de cotas é superior à média entre homens (26%), brasileiros com 60 anos ou mais (25%), pessoas que ganham mais do que cinco salários-mínimos (36%) e pessoas que se autodefinem como pertencentes à classe média alta (36%).



GRÁFICO 8.
Brasil – Papel da Lei de Cotas de ingresso em universidades federais na redução de desigualdades – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação “A lei de cotas para ingresso em universidades federais tem tido um papel importante na redução de desigualdades”.

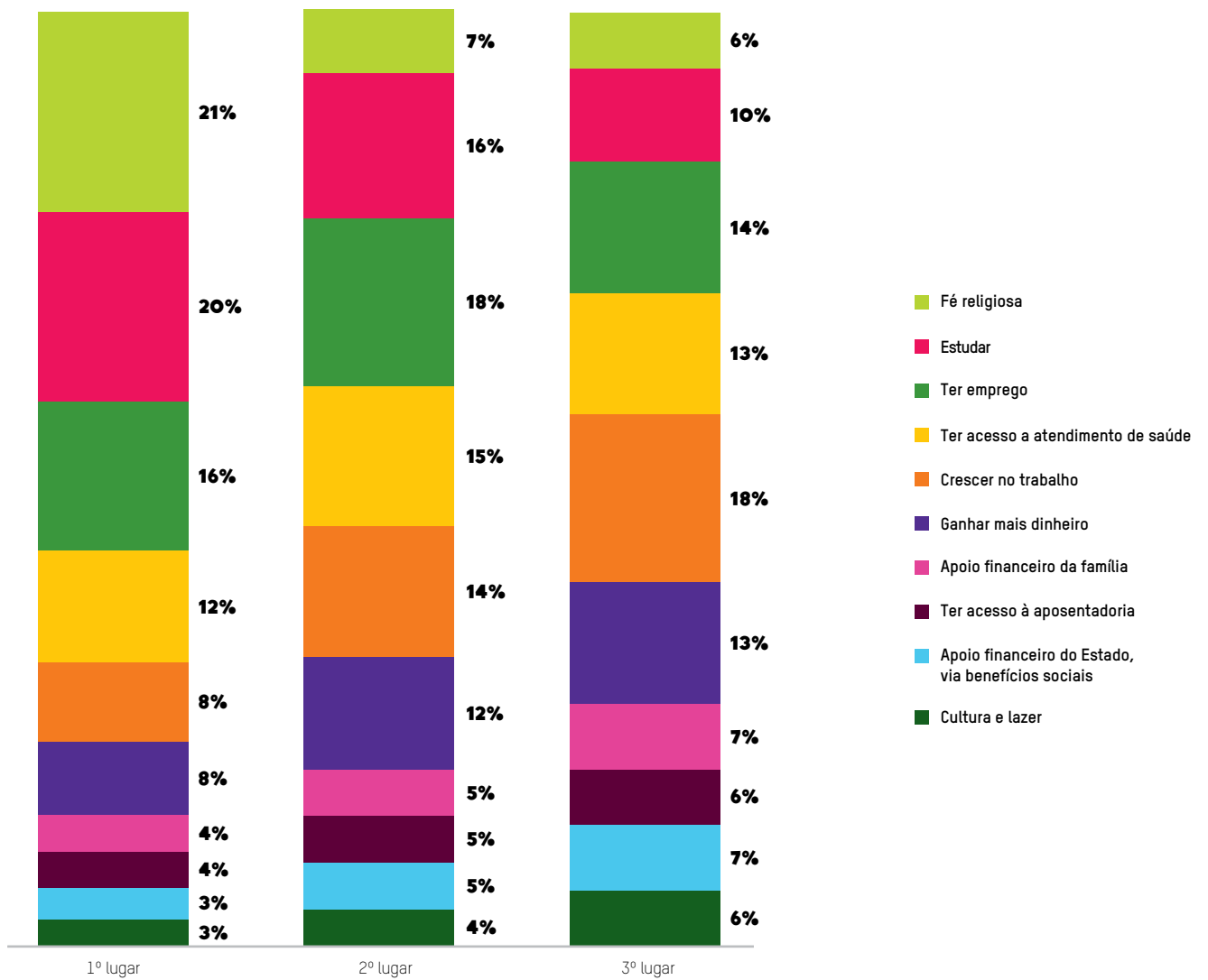
1.4. FÉ, FORMAÇÃO E FUNÇÃO: PRIORIDADES PARA UMA VIDA MELHOR

Solicitados a serem ordenados por importância dez aspectos para uma “vida melhor daqui para frente”, pré-determinados no questionário aplicado, aquele tópico que recebeu o maior número de indicações como prioridade foi “fé religiosa”, com 21% (Gráfico 9).

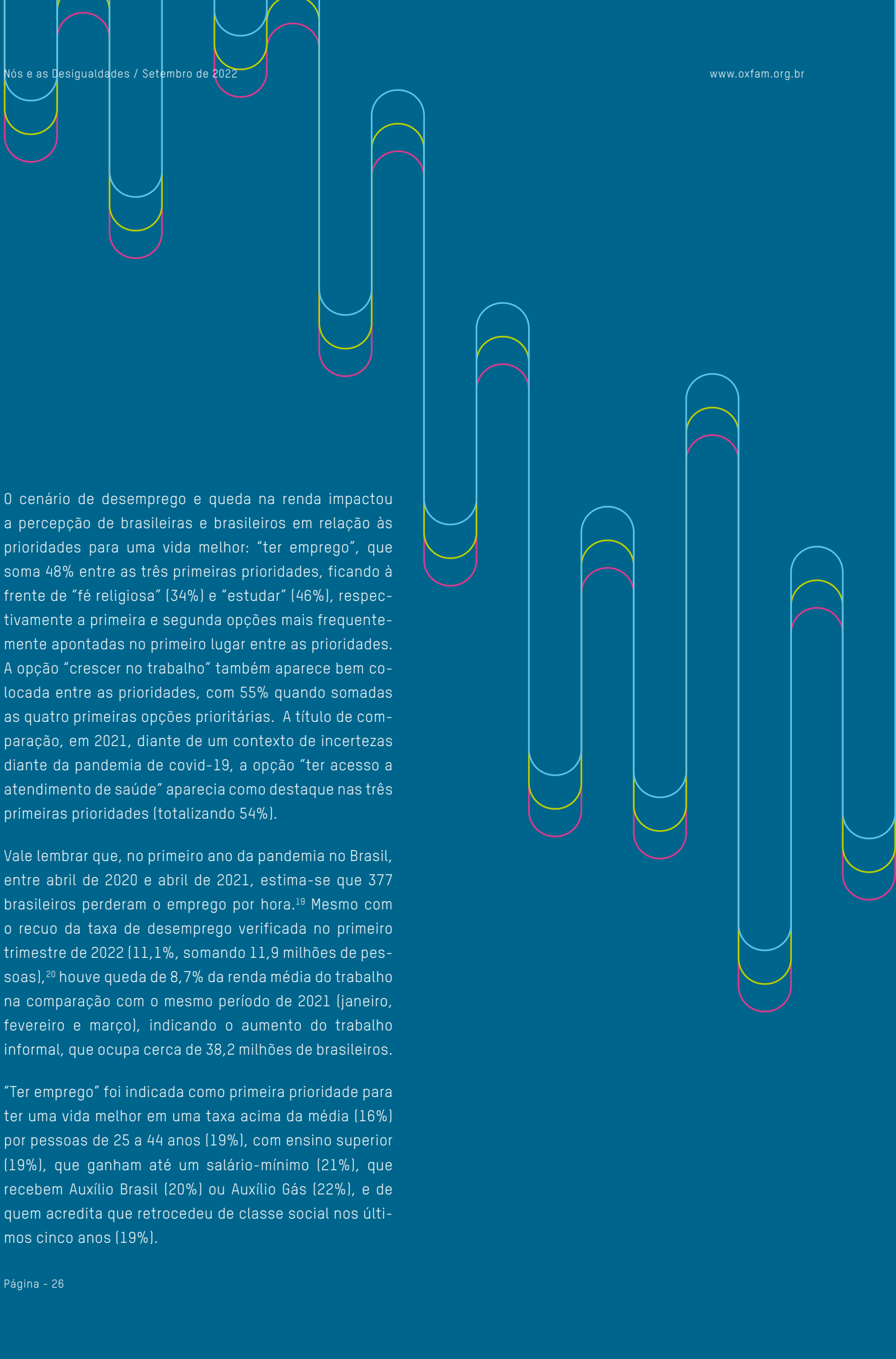
Em seguida, aparecem os aspectos “estudar” e “ter emprego”, para 20% e 16% dos entrevistados, respectivamente. Somados, “fé religiosa”, “estudar” e “ter emprego” são primeiras prioridades de 57% dos brasileiros. Tomando em conjunto a primeira, segunda, terceira e quarta prioridades, destacam-se “ter emprego” (58%), “crescer no trabalho” (55%), “estudar” (54%), “ganhar mais dinheiro” (46%) e “fé religiosa” (41%).

GRÁFICO 9. Brasil – Prioridades para melhoria de vida - 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Agora, eu gostaria que você colocasse em ordem de importância alguns aspectos que considera importante para ter uma vida melhor daqui para frente, do mais importante ao menos importante.



O cenário de desemprego e queda na renda impactou a percepção de brasileiras e brasileiros em relação às prioridades para uma vida melhor: “ter emprego”, que soma 48% entre as três primeiras prioridades, ficando à frente de “fé religiosa” (34%) e “estudar” (46%), respectivamente a primeira e segunda opções mais frequentemente apontadas no primeiro lugar entre as prioridades. A opção “crescer no trabalho” também aparece bem colocada entre as prioridades, com 55% quando somadas as quatro primeiras opções prioritárias. A título de comparação, em 2021, diante de um contexto de incertezas diante da pandemia de covid-19, a opção “ter acesso a atendimento de saúde” aparecia como destaque nas três primeiras prioridades (totalizando 54%).

Vale lembrar que, no primeiro ano da pandemia no Brasil, entre abril de 2020 e abril de 2021, estima-se que 377 brasileiros perderam o emprego por hora.¹⁹ Mesmo com o recuo da taxa de desemprego verificada no primeiro trimestre de 2022 (11,1%, somando 11,9 milhões de pessoas),²⁰ houve queda de 8,7% da renda média do trabalho na comparação com o mesmo período de 2021 (janeiro, fevereiro e março), indicando o aumento do trabalho informal, que ocupa cerca de 38,2 milhões de brasileiros.

“Ter emprego” foi indicada como primeira prioridade para ter uma vida melhor em uma taxa acima da média (16%) por pessoas de 25 a 44 anos (19%), com ensino superior (19%), que ganham até um salário-mínimo (21%), que recebem Auxílio Brasil (20%) ou Auxílio Gás (22%), e de quem acredita que retrocedeu de classe social nos últimos cinco anos (19%).

2. PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E RAÇA

2.1. IMPACTO NA RENDA DE GÊNERO E RAÇA

As percepções sobre as desigualdades de gênero e raça vem se consolidando ao longo das quatro pesquisas (Gráfico 10), que é bastante relevante, posto que a identificação do problema é condição para apoio público às suas soluções.

Em 2022, 69% dos brasileiros concordavam que “mulheres ganham menos no mercado de trabalho por serem mulheres”, contra 29% que discordam. Em 2019, a concordância total ou parcial era de 67% (e de 64% em 2017) e a discordância total ou parcial era de 31% (e de 35% em 2017). Assim, entre 2017 e 2022, a diferença entre quem concordância e discordância mais do que dobrou, com um aumento de 40 pontos percentuais.

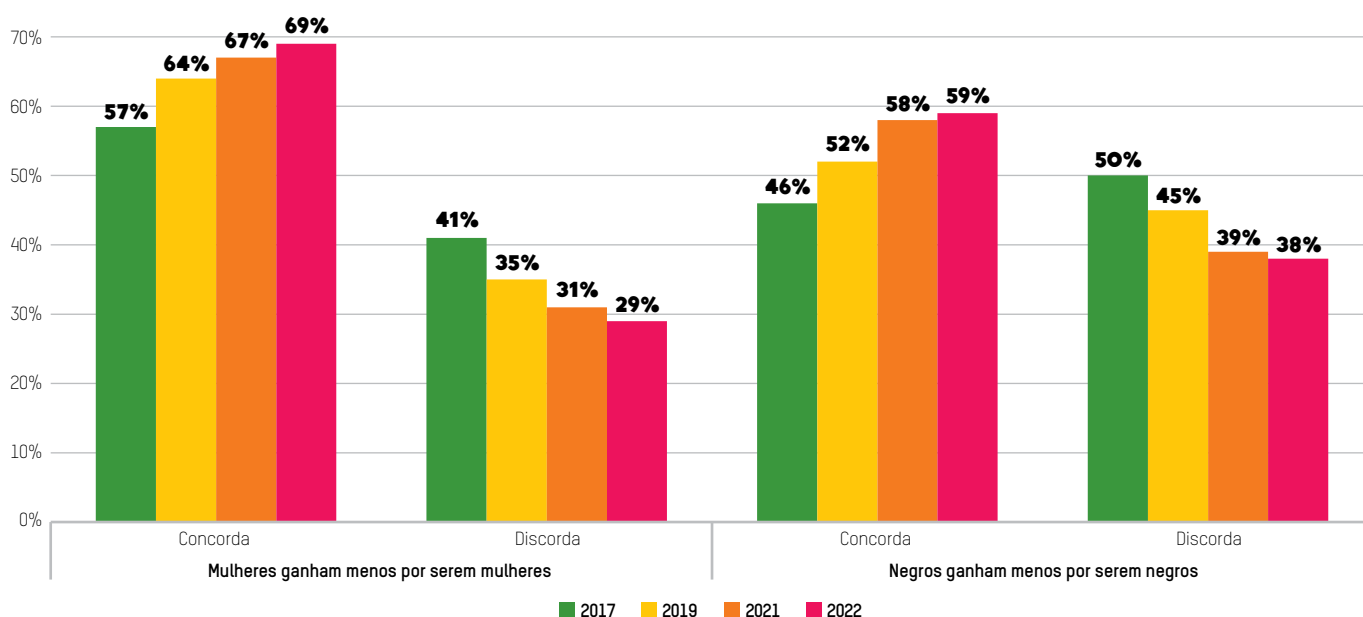
Como era de se esperar, a concordância é maior entre as mulheres na comparação com os homens, com a diferença aumentando ainda mais na comparação com a última pesquisa: 76% delas concordam com a afirmação, contra 62% deles, uma diferença de 14 pontos percentuais. Em 2021, a diferença entre a percepção de mulheres e homens era de 11 pontos percentuais (73% contra 62%), a mesma distância verificada em 2019 (69% contra 58%).

A concordância com a afirmação “mulheres ganham menos no mercado de trabalho por serem mulheres” também é superior à média (69%) entre jovens de 16 a 24 anos (74%), pessoas com ensino superior (72%), brasileiros com renda individual de até um salário-mínimo (72%), pessoas que moram no Centro-Oeste (74%), pessoas de religião afro-brasileiras (80%), e entre mulheres negras (74%). A discordância supera a média (29%) entre quem tem renda individual superior a cinco salários-mínimos (40%), moradores da região Norte (34%) e de municípios de até 50 mil habitantes (33%), entre pessoas que se declaram cristãs conservadoras (42%) e entre homens brancos (37%).

GRÁFICO 10.

Brasil – Percepções sobre impacto do gênero e da raça sobre rendimentos – 2017, 2019, 2021 e 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que “mulheres ganham menos do que homens no mercado de trabalho por serem mulheres” e de que “negros ganham menos que brancos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros”.

A percepção sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho repetiu o quadro verificado quanto à desigualdade de gênero. Em 2022, 59% dos brasileiros concordavam total ou parcialmente com a afirmação de que “negros ganham menos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros”, enquanto 38% discordavam. Em 2021, 58% concordavam e 39% discordavam; assim, a diferença entre concordância e discordância aumentou de 19 para 21 pontos percentuais.

A concordância com a afirmação supera a média (59%) entre pessoas autoidentificadas como “pretas” (66%), entre brasileiros com 60 anos ou mais (65%), pessoas que se autoclassificam como “pobres” (65%), moradores da região Nordeste (63%) e de municípios com mais de 500 mil habitantes (60%), e entre mulheres negras (63%). A discordância foi maior do que a média (38%) entre

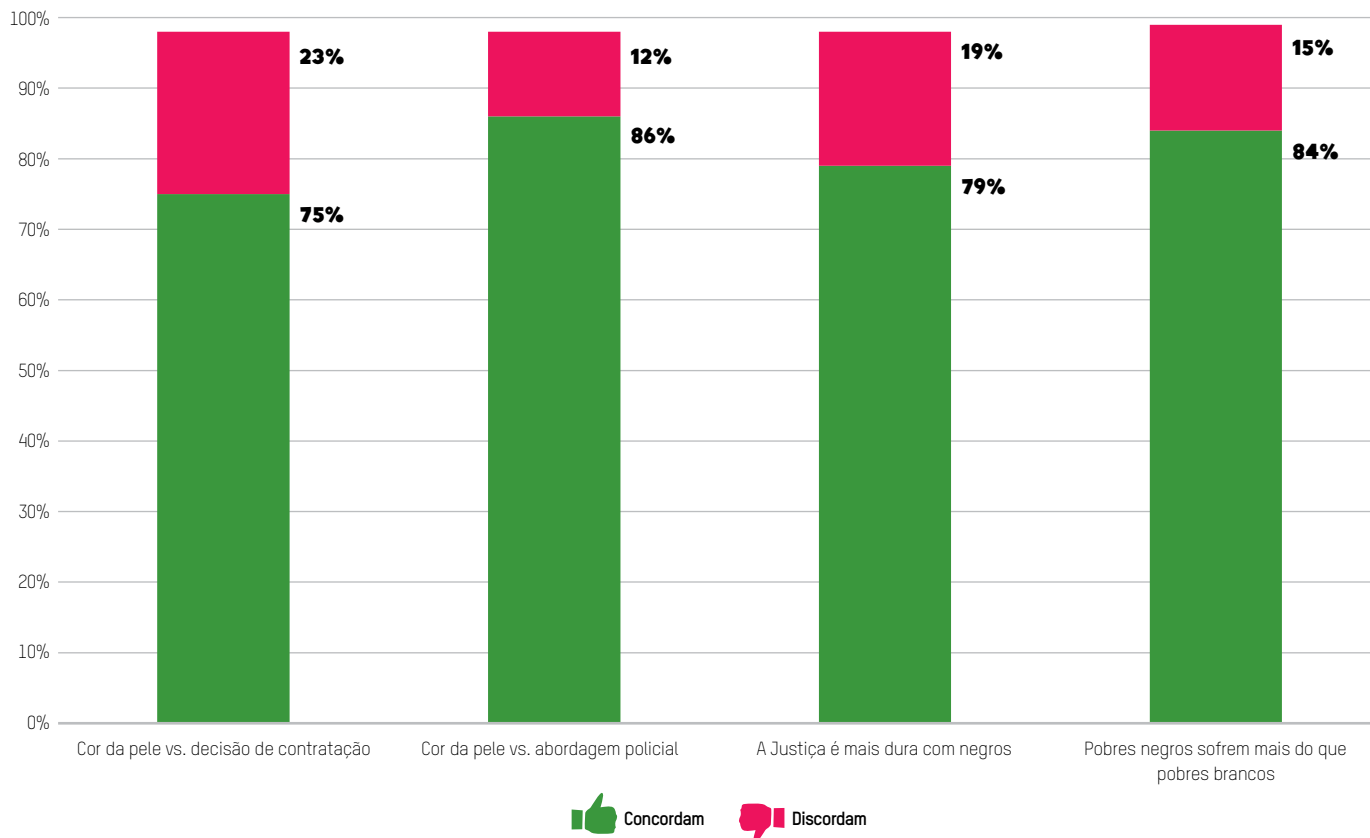
pessoas de 25 a 34 anos (47%), com renda individual superior a cinco salários-mínimos (51%), entre evangélicos (45%), e entre homens de mais de um salário-mínimo de renda individual (44%).

2.2. DESIGUALDADE DE RAÇA E GÊNERO: CONSOLIDAÇÃO DA TENDÊNCIA

Reforçando a percepção já trazida nas pesquisas anteriores, os brasileiros e brasileiras acreditam que a cor da pele define amplamente as chances de contratação por empresas e de abordagem policial, bem como afeta o tratamento pela justiça e dificulta a vida de quem é pobre, conforme dados expostos no **Gráfico 11**.

GRÁFICO 11.
Brasil – Percepções sobre o racismo – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que “a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial”; “a Justiça é mais dura com os negros”; “pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos”; e “a cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas”.

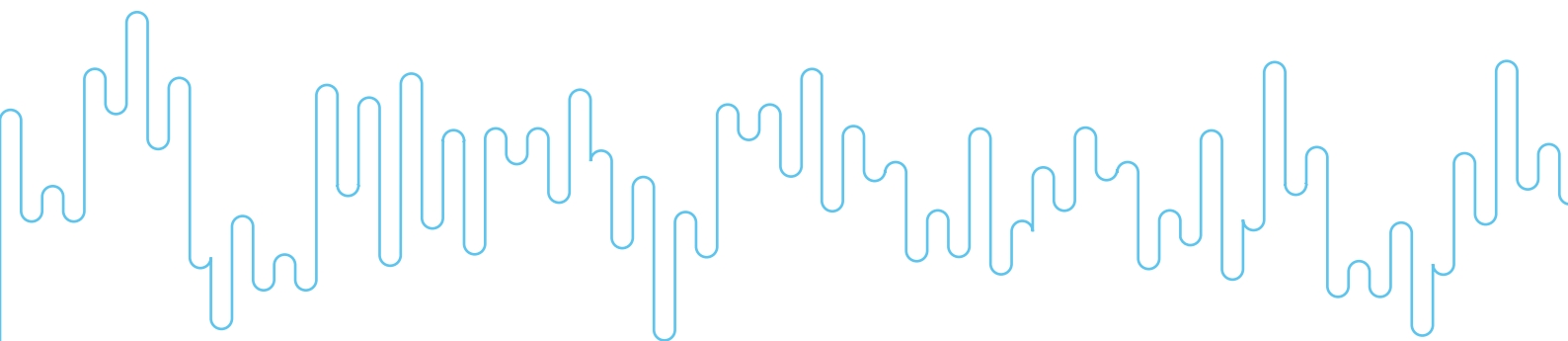
Diretamente relacionada à renda, a cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas de acordo com a percepção de 75% dos brasileiros, ante 76% em 2021; 23% discordam (em 2021 eram 22%). Em ambos os casos, houve oscilações dentro da margem de erro. A concordância é de 82% entre pessoas autodeclaradas negras, de 86% entre pessoas de religiões afro-brasileiras, de 78% entre jovens entre 16 e 24 anos, e de 81% entre mulheres negras. A discordância é de 31% entre homens brancos, 27% entre pessoas de 25 a 34 anos,

Segue expressiva a percepção do racismo na abordagem das polícias no Brasil, com variações dentro da margem de erro. Em 2022, 86% da população acreditava que a cor de pele influencia a decisão de uma abordagem policial; em 2021, eram 84%. 12% discordam da afirmação; eram 14% em 2021. Entre as duas pesquisas, a distância entre aqueles que concordam com a afirmação “a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial” cresceu de 70 para 74 pontos percentuais.

A concordância é ainda maior entre jovens de 16 a 24 anos (90%), entre pessoas com renda de um a dois salários-mínimos (89%), moradores da região Sudeste (88%), brasileiros autoidentificados como “pretas” (91%), pessoas de religiões afro-brasileiras (93%) e entre mulheres negras (91%). A discordância supera a média entre pessoas de 60 anos ou mais (15%), entre brasileiros com o ensino fundamental (17%), moradores da região Norte (17%) e entre homens brancos (18%).

Para 79% dos brasileiros, a Justiça é mais dura com pessoas negras; 19% discordam. Entre 2021 e 2022, a diferença entre aqueles que concordam e os que discordam oscilou de 58 para 60 pontos percentuais. A percepção aumenta entre jovens de 16 a 24 anos (88%), pessoas com renda individual de até um salário-mínimo (82%), moradores de cidades de mais de 200 mil habitantes (82%), pessoas autoidentificadas como pretas (87%) e mulheres negras (87%). A discordância supera a média entre pessoas de 25 a 34 anos (23%), brasileiros com ensino superior (22%), pessoas com renda individual entre 3 e 5 salários-mínimos (29%), e homens brancos (26%).

Ampliou-se ainda mais a percepção sobre a pobreza pesar mais sobre pessoas negras: 84% dos brasileiros concordam com a afirmação de que “pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos”; eram 81% em 2021; 15% discordam; eram 19% em 2021. A distância entre aqueles que concordam e discordam da afirmação “pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos” aumentou de 62 para 69 pontos percentuais. A concordância supera a média entre jovens de 16 a 24 anos (90%), pessoas com renda individual entre um e dois salários-mínimos (87%), moradores de cidades entre 200 e 500 mil habitantes (86%), pessoas de religiões afro-brasileiras (91%) e entre mulheres negras (89%). A discordância é maior entre pessoas com renda superior a cinco salários-mínimos (24%), moradores da região Norte (20%), e entre homens brancos e negros (19%).

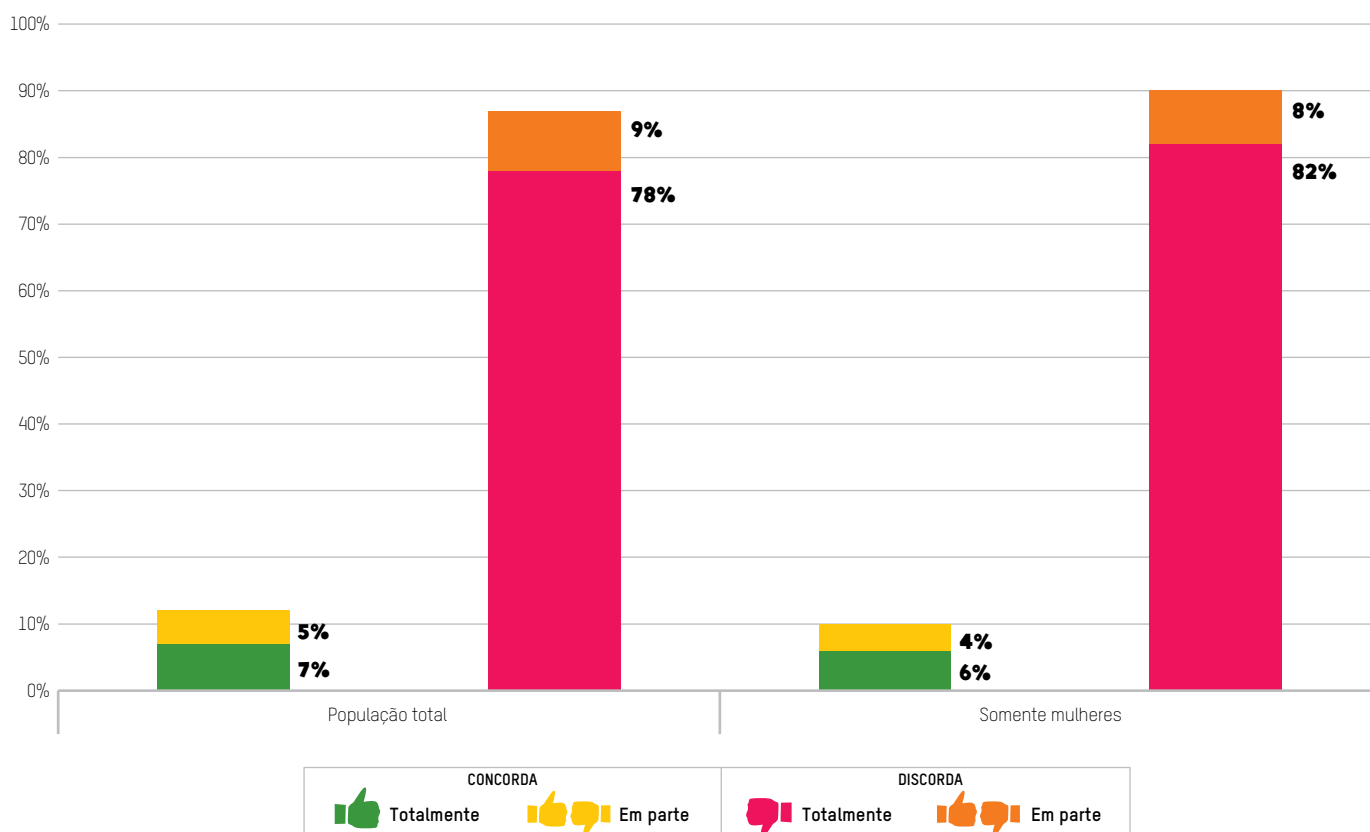


Seguindo o padrão das nossas últimas pesquisas ‘Nós e as Desigualdades’, a grande maioria da população rechaça o papel tradicional atribuído à mulher no ambiente doméstico – 88% dos brasileiros discordam da afirmação “as mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora”; em 2021, eram 86%. 12% discordam; em 2021, eram 13%. Em ambos os casos, entre 2021 e 2022 houve oscilações dentro da margem de erro (ver **Gráfico 12**).

GRÁFICO 12.

Brasil – O papel da mulher somente para cuidar da casa e dos filhos - 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022



Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que “as mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora”.

Jovens de 16 a 24 anos rechaçam a visão que resume a experiência social da mulher ao contexto doméstico (93%), assim como pessoas com ensino superior (95%), moradores de municípios com mais de 500 mil habitantes (91%), entre brasileiros que seguem o espiritismo (94%) e entre mulheres brancas (90%). A concordância com um

olhar retrógrado e machista sobre a função da mulher na sociedade supera a média entre pessoas com 60 anos ou mais (21%), pessoas apenas com ensino fundamental (22%), moradores de municípios de até 50 mil habitantes (16%), e entre homens com renda individual de até um salário-mínimo (18%).

2.3. RAÇA, GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Como vimos, quase nove em cada 10 brasileiros entendem que reduzir desigualdades é um pressuposto para o progresso do país, e que o tema deve ser uma prioridade para os governos. Essa prioridade se traduz, na ação estatal, em políticas públicas sociais inclusivas, o meio mais eficaz para combater as desigualdades, ainda mais em um cenário crise econômica. A adoção dessas políticas, porém, encontra obstáculos em um país em que a desigualdade de representação política é uma realidade, fazendo com que a democracia no país siga inacabada.²¹

Buscando aferir a percepção social sobre a desigualdade política no país, a Oxfam Brasil incluiu pela primeira vez nesta pesquisa questionamentos específicos sobre representação política, principalmente no que tange a gênero e raça.

Em relação à participação política, 71% dos brasileiros e brasileiras concordam que mulheres têm menos chances de serem eleitas para mandatos no Executivo e Legislativo pelo fato de serem mulheres, enquanto 28% discordam. Na média, 53% concordam totalmente com a afirmação “Mulheres têm menos chances de serem eleitas para governos e legislativos do que homens pelo fato de serem mulheres”; 59% somente entre as mulheres e 47% apenas considerando os homens.

O apoio é maior entre jovens de 16 a 24 anos (78%), entre quem tem renda individual de até um salário-mínimo (74%), entre moradores da região Centro-Oeste (74%) e de cidades com mais de 500 mil habitantes (75%), entre pessoas autoidentificadas como “pretas” (76%) ou que seguem religiões afro-brasileiras (81%), e entre mulheres brancas (75%) e negras (77%). A discordância com a afirmação supera a média entre pessoas que ganham mais de cinco salários-mínimos (47%) ou que se auto-classificam como “classe média alta” (50%), moradores da região Norte (33%), e entre homens (34%), principalmente homens brancos (38%).

Para 68% dos brasileiros, pessoas negras têm menos chances de serem eleitas para governos e legislativos pelo fato de serem negras; 30% discordam. Entre as pessoas autoidentificadas como pretas, a concordância é de 78%; apenas entre as pessoas brancas, de 63%. Mais uma vez, a concordância supera a média entre jovens de 16 a 24 anos (73%), entre quem ganha até um salário-mínimo (72%), moradores de municípios entre 200 mil e 500 mil habitantes (71%), e entre mulheres pretas (82%). A discordância é maior entre homens brancos (41%), entre quem ganha mais de cinco salários-mínimos (54%), moradores da região Norte (40%) e cidades entre 50 mil e 200 mil habitantes (35%). Ver **Gráfico 13**.

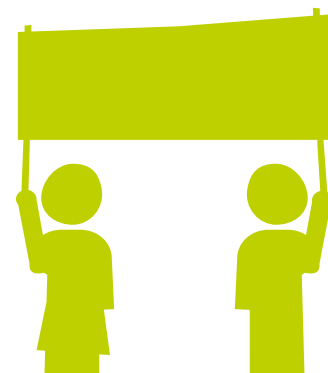
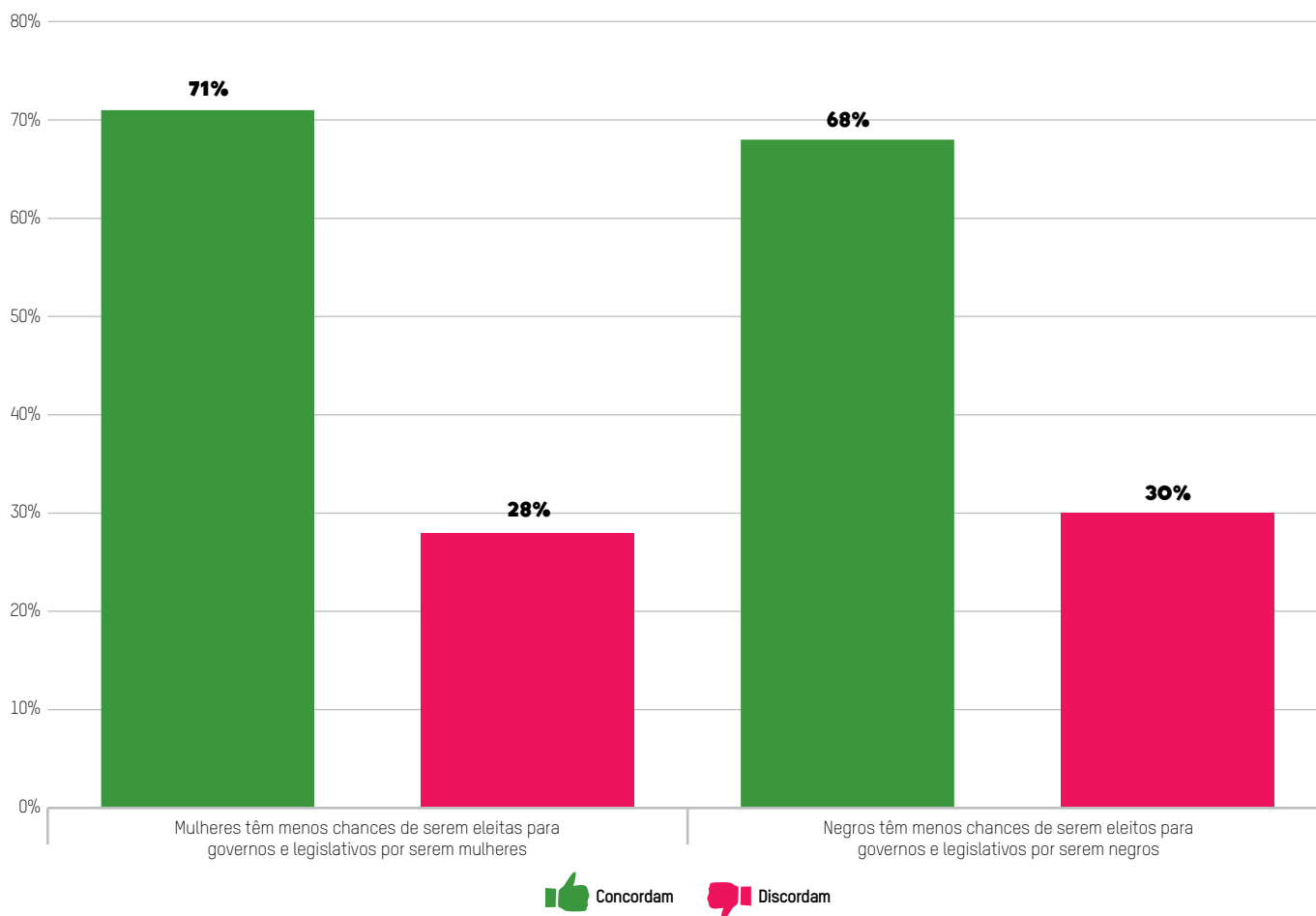


GRÁFICO 13. Desigualdade na representação política no Brasil – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



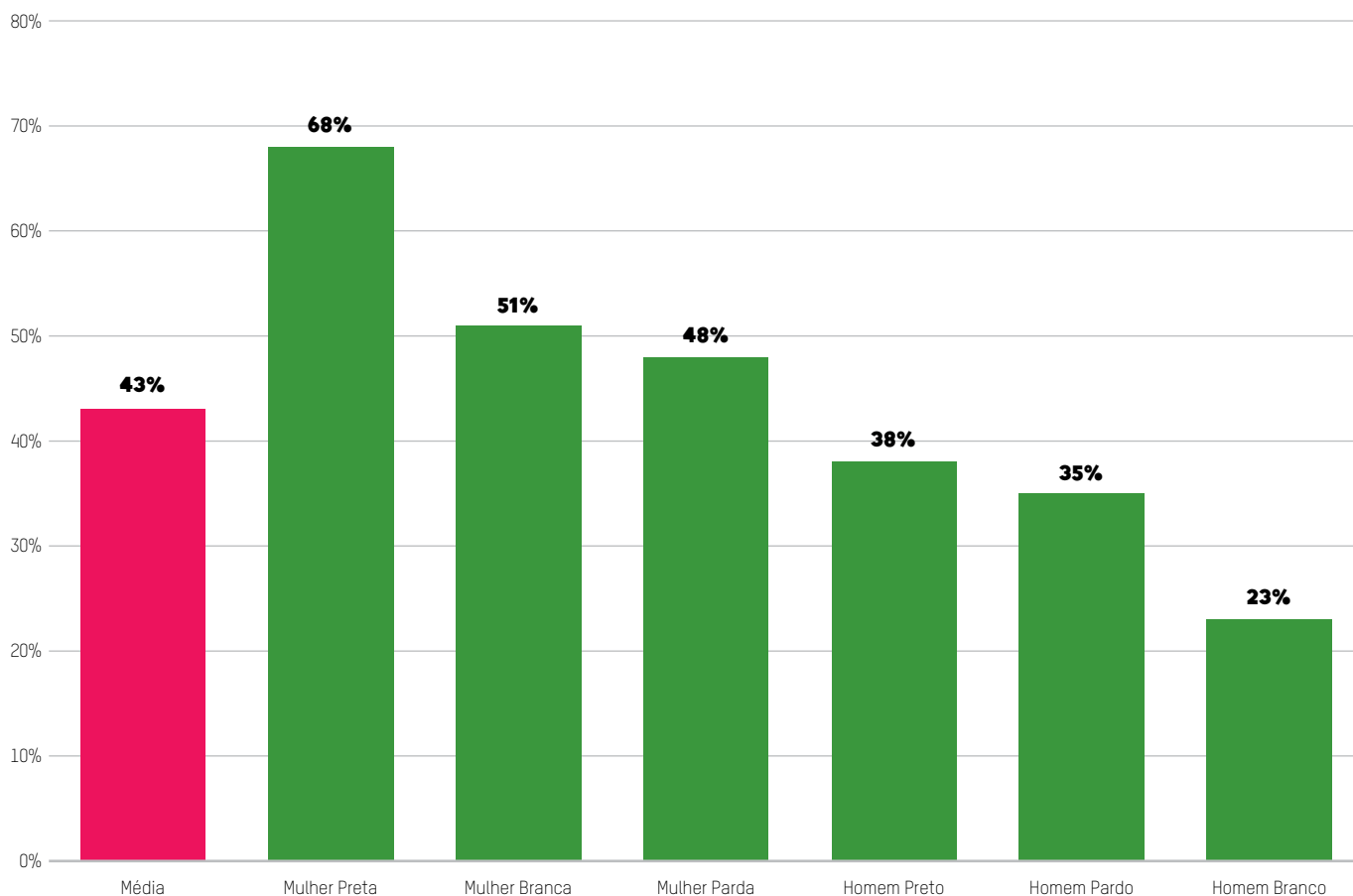
Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que “Mulheres têm menos chances de serem eleitas para governos e legislativos do que homens pelo fato de serem mulheres” e “Negros têm menos chances de serem eleitos para governos e legislativos do que brancos pelo fato de serem negros”

Se, na média, há uma maioria consolidada demonstrando reconhecer a existência de desigualdade de gênero e raça na representação política – em proporção superior a dois para um –, há variações importantes quando se considera a intersecção entre raça e gênero. Considerando a afirmativa “Mulheres têm menos chances de serem eleitas para governos e legislativos do que homens pelo fato de serem mulheres”, a diferença média entre concordância e discordância é de 43 pontos percentuais (ver **Gráfico 14**). Apenas entre as mulheres, a diferença sobe para 53 pontos percentuais: 51 p.p. entre mulheres brancas, 68 p.p. entre mulheres pretas e 48 p.p. entre mulheres pardas. Quando se leva em conta apenas os homens, a diferença é de 31 pontos percentuais: 23 p.p. entre homens brancos, 38 p.p. entre homens pretos e 35 p.p. entre homens pardos.

GRÁFICO 14.

Diferença entre concordância e discordância sobre desigualdade política e gênero – 2022

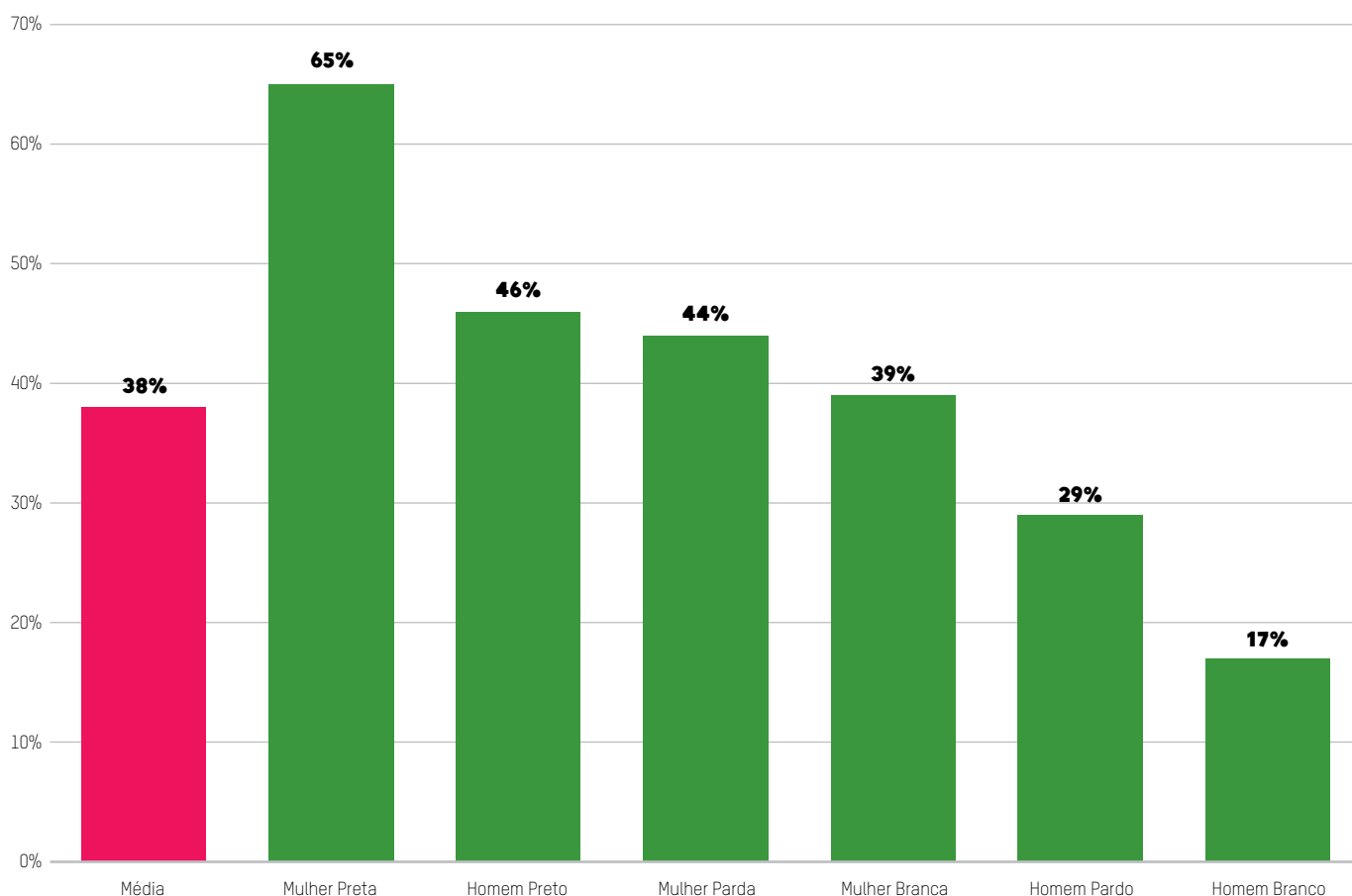
Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Quanto à afirmativa “Negros têm menos chances de serem eleitos para governos e legislativos do que brancos pelo fato de serem negros”, a diferença entre a concordância e discordância é, na média, de 38 pontos percentuais (ver **Gráfico 15**). Considerando apenas pessoas pretas, ela sobe para 57 pontos percentuais: 46 p.p. entre homens pretos, 65 p.p. entre mulheres pretas, 65 p.p. Entre pessoas pardas, a diferença é de 37 pontos percentuais: entre homens pardos, de 29 p.p; entre mulheres pardas, de 44 p.p. Finalmente, entre pessoas brancas, a distância é de 28 pontos percentuais: 17 p.p. entre homens brancos e 39 p.p. entre mulheres brancas.

GRÁFICO 15.
Diferença entre concordância e discordância sobre desigualdade política e raça – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



3. PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E TRIBUTAÇÃO

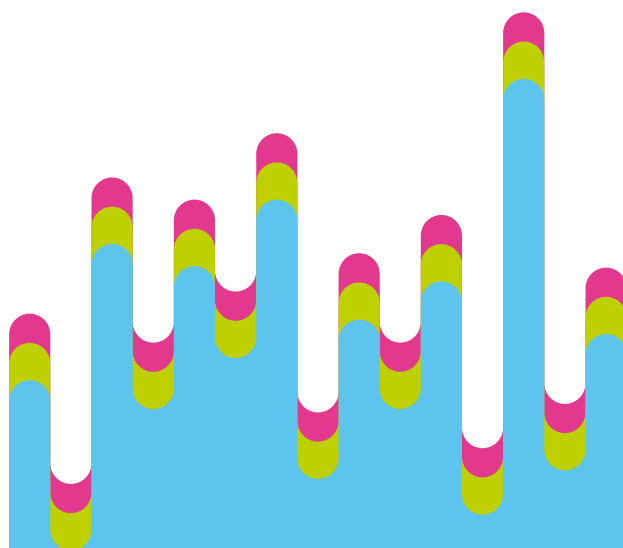
3.1. O PAPEL DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

A crise sanitária causada pela pandemia de covid-19 demandou a adoção de medidas para conter a propagação do coronavírus, incluindo ações de isolamento social e, posteriormente, vacinação em massa por todo o globo – ainda que a desigualdade vacinal permaneça uma triste realidade de hoje, com apenas cerca de 15% da população de países de baixa renda tendo recebido ao menos uma dose da vacina covid-19,²² enquanto mais de 80% das doses tenham sido adquiridas por países do G20.²³ O impacto econômico da pandemia motivou a adoção de medidas de proteção social ao redor do planeta,²⁴ inclusive com uma reflexão sobre a inadequação de manter práticas de austeridade no contexto da crise da covid-19.²⁵

No Brasil, a pandemia acelerou o agravamento da crise social e econômica iniciada em 2015. O país estava estruturalmente vulnerável ainda antes da pandemia, com um cenário de redução de investimentos orçamentários em políticas sociais principalmente a partir da adoção da Emenda Constitucional n.º. 95, de 2016 (Teto de Gastos). Com a covid-19, os impactos foram múltiplos: desemprego recorde em abril de 2021,²⁶ fechamento de quase 600 mil empresas,²⁷ programas e políticas mal desenhadas e implementadas que promoveram condições precárias de trabalho para jovens e grupos vulneráveis,²⁸ aumento dos casos de violência doméstica²⁹ e explosão da insegurança alimentar no Brasil, com 6 em cada dez lares do país sem a garantia de um prato de comida no dia seguinte e 33,1 milhões de pessoas em situação de fome no começo de 2022.³⁰

Especialistas têm apontado a importância do estabelecimento de uma rede de proteção social, dinâmica o bastante para ser ampliada ou recolhida rapidamente na eventualidade de crises sanitárias, sociais ou econômicas, que possa proteger principalmente as pessoas mais pobres.³¹

Diante da importância de programas de proteção social, que, ao lado de outras políticas públicas sociais inclusivas, é o principal meio de ação dos governos destinado a combater as desigualdades no Brasil – lembrando que, conforme já visto, a esmagadora maioria da população defende que o Estado é o ator fundamental para reduzir a distância entre ricos e pobres no país –, a Oxfam Brasil incluiu nesta pesquisa questões específicas sobre o engajamento estatal na adoção de políticas públicas.



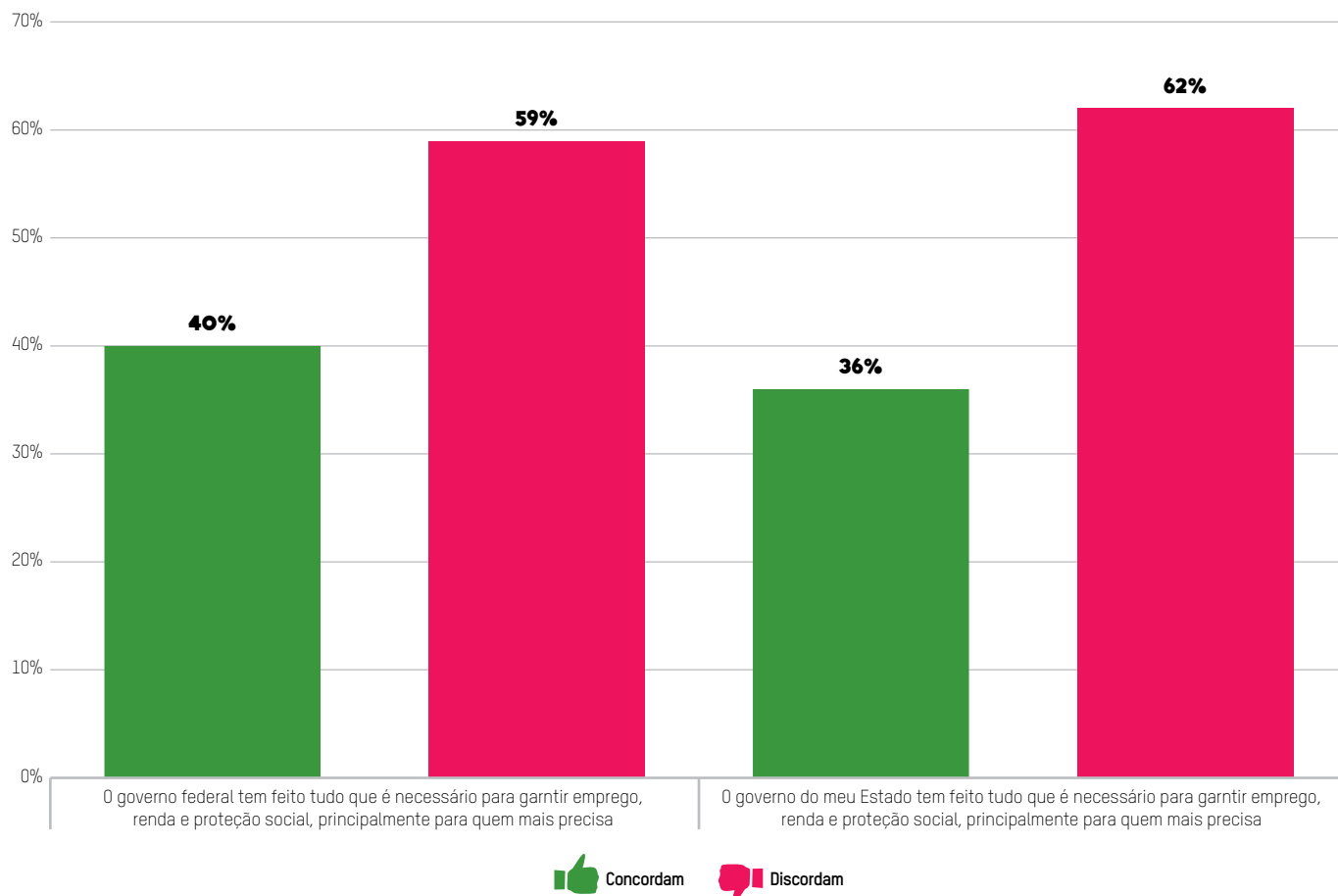
Para 59% dos brasileiros, a ação do governo federal tem sido insuficiente para garantir o emprego, a renda e proteção social à população, principalmente para quem mais precisa; 40% estão satisfeitos com as ações do governo federal (Ver **Gráfico 16**). A insatisfação é maior entre jovens de 16 a 24 anos (61%), pessoas com ensino superior (70%) ou que ganham mais de cinco salários-mínimos (68%), moradores da região Sudeste (65%) e de cidades com mais de 500 mil habitantes (65%), pessoas de religiões afro-brasileiras (75%), brasileiros que regressaram de classe social nos últimos cinco anos (64%), e entre mulheres pretas (66%). A aprovação das ações do governo federal na garantia do emprego, renda e proteção social é maior entre quem tem ensino fundamental (50%), mora nas regiões Centro-Oeste (48%) ou Norte (48%), recebem Auxílio Brasil (49%), e entre homens brancos (44%).

As ações dos governos estaduais e do Distrito Federal na garantia do emprego, da renda e proteção social à população são reprovadas por 62%, com destaque para os mais pobres; 36% aprovam. A desaprovação supera a média entre brasileiros de 35 a 44 anos (67%), pessoas com ensino superior (74%), moradores da região Sudeste (69%) e de cidades com mais de 500 mil habitantes (66%), entre pessoas de religiões afro-brasileiras (73%) e mulheres que ganham mais de um salário-mínimo (68%). A aprovação das ações dos governos estaduais e distrital é maior que a média entre quem tem o ensino fundamental (47%), moradores da região Sul (45%), beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS (44%) ou do Auxílio Brasil (44%), entre quem acha que melhorou de classe social nos últimos cinco anos (43%), e entre homens que ganham até um salário-mínimo (44%).

GRÁFICO 16.

Papel de governos na garantia de emprego, da renda e proteção social – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



3.2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Em um cenário de crise econômica e social agravado pelos impactos da Covid-19, o debate sobre programas de transferência de renda voltou à ordem do dia no Brasil. Nos dois primeiros anos da pandemia de coronavírus, o Auxílio Emergencial teve um papel de destaque. Programa emergencial estabelecido a partir da mobilização da sociedade civil e do Congresso Nacional brasileiro, a política atingiu, em seu auge (entre abril e agosto de 2020), uma cobertura de quase 68 milhões de brasileiros (31% da população do Brasil) com investimento público de quase R\$ 322 bilhões,³² o que corresponde a 4% do PIB brasileiro. Assim, o Auxílio Emergencial contribuiu para a redução do índice de pobreza do Brasil de 11% no final de 2019 para 4,5% em agosto de 2020,³³ um efeito notável considerando o contexto pandêmico que se vivia à época.

Não obstante, o Auxílio Emergencial teve seu valor reduzido no trimestre final de 2020, sendo interrompido nos primeiros meses de 2021, com reflexo direto na fome, na pobreza e na miséria: em janeiro de 2021, a taxa de pobreza no Brasil saltou para 12,8%, patamar não verificado desde 2011.³⁴ Apesar de discursos de autoridades do governo federal, afirmando que a continuidade do Auxílio Emergencial pioraria a vida dos mais pobres,³⁵ o benefício foi renovado³⁶ para o período entre abril de dezembro de 2021, porém com valores e coberturas reduzidos, passando de pouco menos de 68 milhões de beneficiários para 46 milhões, ou seja, 2/3 da abrangência original, reduzindo seu efeito de barreira contra a fome e pobreza.

Com o fim do Auxílio Emergencial em 2021, todos os olhos se voltaram à estrutura de transferência de renda pré-existente à pandemia. No último trimestre de 2021, o Bolsa-Família, programa internacionalmente reconhecido em seus 18 anos de existência, foi extinto, dando lugar a um novo programa: o Auxílio Brasil.³⁷ Especialistas apontaram³⁸ falhas significativas na nova política, incluindo dificuldade de mensuração dos impactos, comprometimento do Cadastro Único e aumento apenas marginal da cobertura verificada no Bolsa Família, justamente em um momento de maior necessidade de

um programa mais robusto de suporte à população em situação de vulnerabilidade.³⁹ Sobre este último ponto, à luz do fim do Auxílio Emergencial, estima-se que cerca de 20 milhões de pessoas foram excluídas de programas de transferência de renda em 2022,⁴⁰ considerando a diferença de abrangência do benefício emergencial (Auxílio Emergencial) e do programa ordinário (Auxílio Brasil). Mesmo a promessa de eliminar a fila de novos beneficiários do Programa⁴¹ está distante de ser honrada: estimativas da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apontavam que a demanda reprimida do Auxílio Brasil atingia 1,3 milhão de famílias em maio de 2022.⁴² Em julho de 2022, foi aprovada a Emenda Constitucional nº. 123, de 2022, estabelecendo o aumento temporário do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 até dezembro de 2022.⁴³ A medida, ainda que alinhada com demandas da sociedade civil desde o princípio da pandemia, foi adotada durante o período de restrições eleitorais, sendo impossível dissociá-la de finalidades meramente eleitoreiras pelo governo do presidente Jair Bolsonaro.⁴⁴ Tal receio se intensificou com o envio do projeto de Lei Orçamentária Anual 2023 pelo governo federal, em setembro de 2022, sem a previsão de manutenção do aumento do Auxílio Brasil em 2023.⁴⁵

Diante desse cenário, a pesquisa buscou aferir a percepção pública sobre programas de transferência de renda, principalmente o papel do novo Auxílio Brasil.

Para 96% dos brasileiros, em um país como o Brasil, é obrigação dos governos garantir recursos para programas de transferência de renda e de assistência social, principalmente para quem mais precisa; apenas 3% discordam (ver **Gráfico 17**). Trata-se do maior consenso verificado em toda a pesquisa. Em alguns estratos, a concordância atinge praticamente a totalidade, incluindo entre pessoas com ensino médio (97%), com renda de até um salário mínimo (97%), moradores das regiões Nordeste (97%) e Norte (97%) e de municípios com até 50 mil habitantes (97%), brasileiros que recebem Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS (98%) ou Auxílio Brasil (98%), pessoas autoidentificadas como pretas ou par-

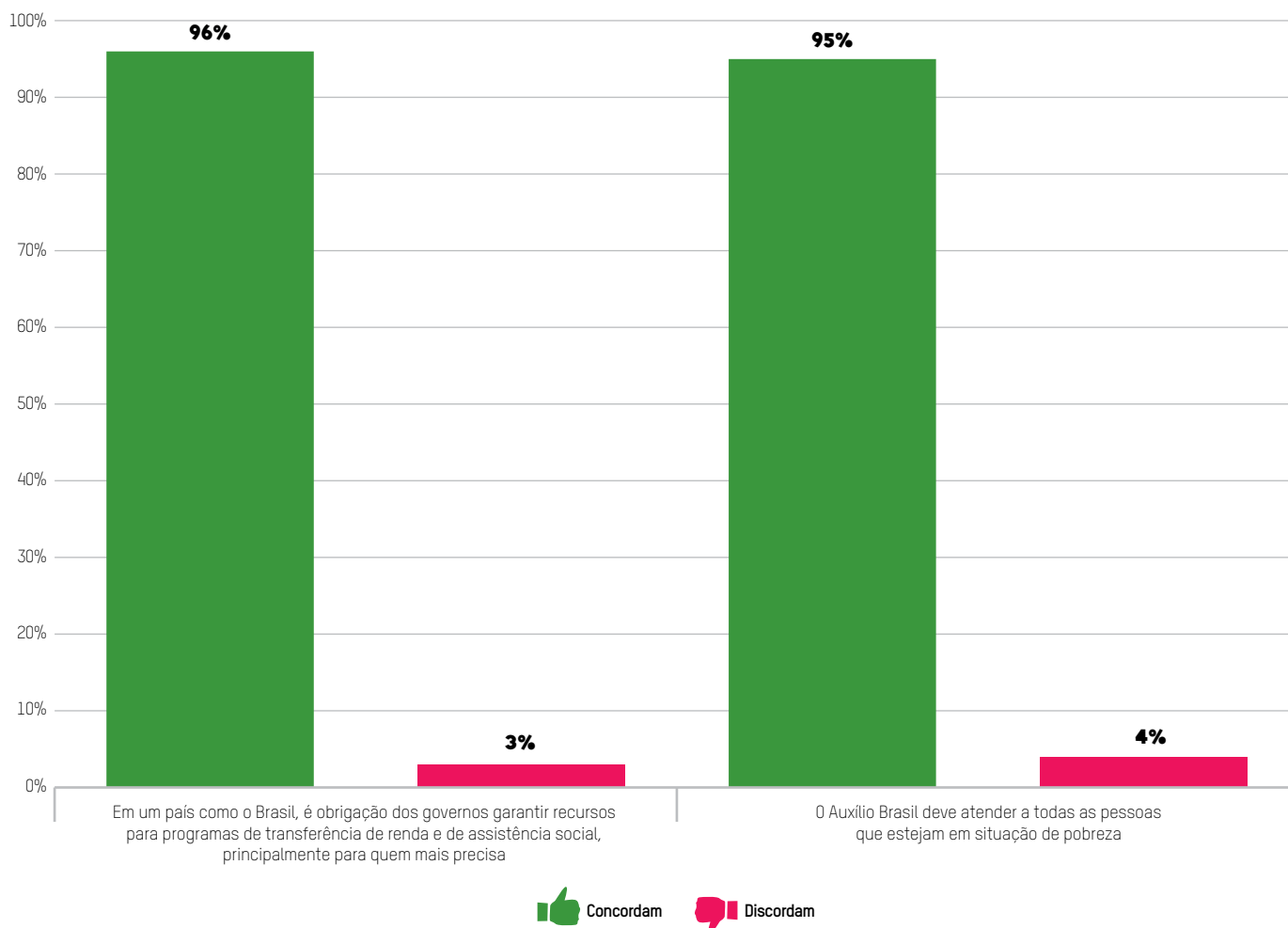
das (97%), brasileiros que seguem o espiritismo (98%), religiões afro-brasileiras (97%) ou evangélicos (97%), e mulheres negras. Ainda que muito baixa na média (3%), a discordância sobre a obrigação estatal relacionada a programas de transferência de renda e proteção social é maior entre pessoas com ensino superior (5%), pessoas com ganham mais de cinco salários-mínimos (7%) ou que se autotransferem como pertencentes à classe média alta (11%), moradores de municípios de 50 a 200 mil habitantes (5%), e homens brancos (5%).

Tal percepção altamente disseminada sobre a obrigação do Estado quanto à oferta de programas de transferência de renda se repete é mencionado especificamente o papel do Auxílio Brasil. Para 95% dos brasileiros, o Auxílio

Brasil deve atender a todas as pessoas que estejam em situação de pobreza; somente 4% discordam (ver **Gráfico 17**). Este apoio é ainda maior – atingindo praticamente a totalidade do estrato quando se considera a margem de erro – entre pessoas de 25 a 36 anos (98%), brasileiros que ganham até um salário-mínimo (97%), moradores da região Nordeste (97%) e de cidades entre 200 mil e 500 mil habitantes (97%), beneficiários do Auxílio Brasil (98%) e do Auxílio Gás (98%), e pessoas autoidentificadas como amarelas (98%) ou indígenas (98%). A discordância supera a média entre pessoas de mais de 45 anos (6%), com renda individual entre três e cinco salários-mínimos (8%) e acima de cinco salários-mínimos (7%), pessoas que seguem o espiritismo (9%) e entre mulheres que ganham acima de um salário-mínimo (7%).

GRÁFICO 17. Programas de transferência de renda e papel dos governos – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



3.3. MAIOR APOIO À TRIBUTAÇÃO GERAL E DOS RICOS

A necessária reforma do sistema tributário brasileiro segue em compasso de espera. Embora diversas proposições legislativas estejam em tramitação no Congresso Nacional, envolvendo aspectos relevantes no debate sobre a reforma tributária, mesmo declarações de apoio ao avanço da matéria por autoridades públicas não encontram o devido respaldo legislativo capaz de pautar a temática na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Duas proposições são exemplares dessa dinâmica.

A primeira é o Projeto de Lei (PL) nº. 2.337, de 2021, que altera regras do imposto de renda.⁴⁶ Apresentado pelo Planalto em junho de 2021, o projeto teve aspectos positivos em termos de aumento da progressividade do sistema tributário, incluindo o restabelecimento da tributação sobre lucros e dividendos no imposto de renda pessoal – tributo foi abolido em 1995 – com uma alíquota de 20%, o fim da possibilidade de redução da base tributável por meio da declaração de lucro contábil pelas empresas, e medidas para combater a evasão fiscal. Ao chegar à Câmara dos Deputados, o texto do PL sofreu inúmeras mudanças, corroendo os ganhos de justiça social da proposta original, em parte devido à pressão de grupos econômicos insatisfeitos com um eventual aumento dos impostos corporativos, sobre os quais, na prática, estão sujeitos a alíquotas inferiores à média da OCDE.⁴⁷ O projeto de lei foi aprovado em setembro de 2021 pela Câmara dos Deputados, sendo enviado ao Senado Federal, que, em meados de abril de 2022, aguardava o parecer do relator, senador Ângelo Coronel, que já manifestou sua oposição à aprovação da proposta.⁴⁸

A segunda é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 110, de 2019, uma das principais peças legislativas ligadas à reforma, que tem como foco a simplificação de impostos sobre o consumo. No começo de 2022, um novo impulso por sua aprovação ganhou força,⁴⁹ com a proposição sendo pautada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, além da publicidade do parecer do senador Roberto Rocha, relator da matéria.⁵⁰ Essa perspectiva de avanço, porém, cessou após a retirada do tema da pauta da CCJ em reuniões em abril⁵¹ e maio de 2022,⁵² as últimas oportunidades em que a PEC foi pautada na Comissão até a data de publicação desta pesquisa.

Vale notar que a paralisia do debate sobre reforma tributária no Congresso Nacional ocorre ao mesmo tempo em que o governo federal destaca três proposições legislativas ligadas ao tema⁵³ como prioridades em sua agenda no parlamento⁵⁴ – ainda que pouco tenha se engajado para sua aprovação –, além da matéria ser frequentemente mencionada pelos pré-candidatos à Presidência da República em 2022.⁵⁵

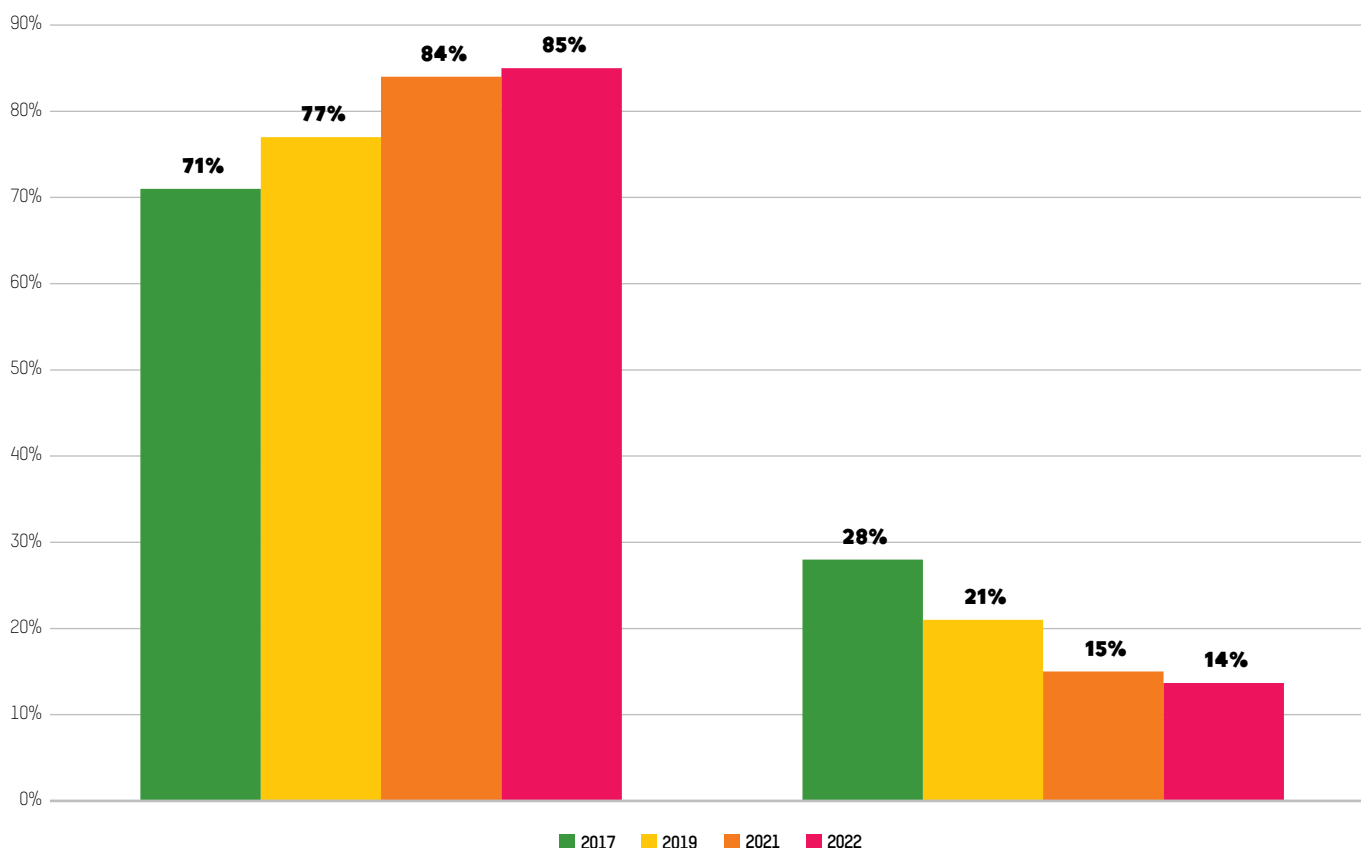
Nesse contexto, essa pesquisa mostra a consolidação no apoio ao aumento de tributação – especialmente sobre os muito ricos – como forma de financiar políticas públicas sociais. 85% dos brasileiros concordam com o aumento de impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam, uma diferença de 14 pontos percentuais na comparação com a primeira pesquisa, em 2017. Ver **Gráfico 18**.

Esse apoio é ainda maior entre pessoas com 60 ou mais anos (90%), com ensino fundamental (90%), brasileiros com renda familiar de até um salário-mínimo (91%), moradores da região Nordeste (88%) e de cidades de até

50 mil habitantes (87%), beneficiários do Auxílio Brasil (89%), pessoas que afirmam que pioraram de classe social nos últimos cinco anos (88%), e mulheres negras (88%). Rechaçam a proposta em patamar acima da média (14%; eram 28% em 2017) pessoas com ensino superior (19%) e que ganham mais de cinco salários-mínimos (34%), brasileiros que se autotransferem para a classe média alta (29%), pessoas que afirmam que melhoraram de classe social nos últimos cinco anos (18%), e homens brancos (16%). A maior diferença entre concordância e discordância ocorre entre quem renda familiar de até um salário-mínimo (83 pontos percentuais); a menor, entre brasileiros com renda individual de mais de cinco salários-mínimos (32 pontos percentuais).

GRÁFICO 18.
Brasil – Apoio ao aumento de impostos para pessoas muito ricas para financiar políticas sociais – 2017 a 2022

Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: Concordância sobre a afirmação de que “o governo deve aumentar os impostos somente de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”.

Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

A tendência de crescente apoio ao aumento da tributação para o financiamento de políticas sociais, que levou à inédita reversão do apoio a mais imposto independentemente do marcador de renda na pesquisa de 2021, se mantém presente nesta pesquisa – 56% dos brasileiros concordam com o aumento de impostos em geral para assegurar melhor educação, mais saúde e mais moradia, o mesmo percentual verificado em 2021; eram 24% em 2017. Discordam 43%, também repetindo o percentual de 2021; em 2017, eram 75%. Ou seja, em cinco anos, o apoio ao aumento de imposto para financiar políticas sociais mais do que dobrou, aumentando 32 pontos percentuais, a mesma distância da queda do percentual daqueles que discordam da proposta. Ver **Gráfico 19**

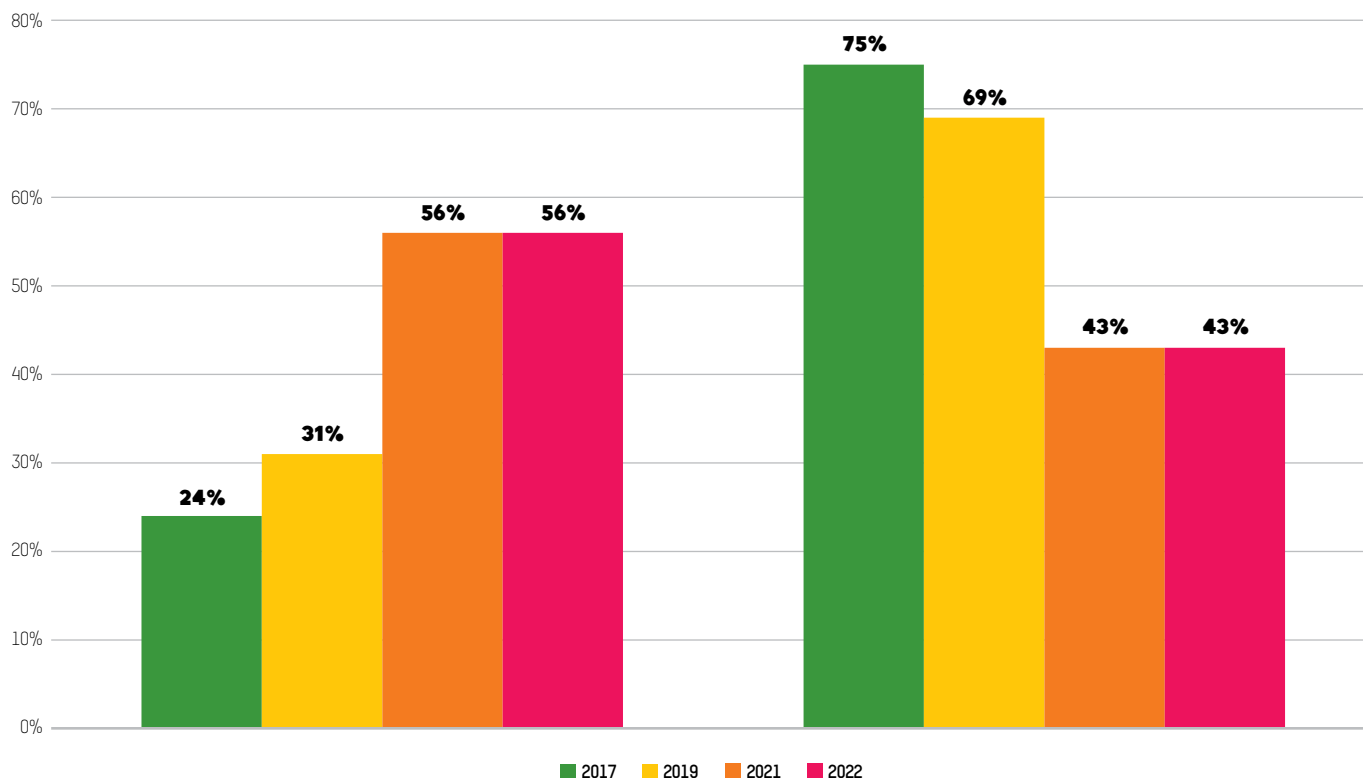
O apoio a mais impostos para financiar políticas sociais é ainda maior entre jovens de 16 a 24 anos (60%), que tem ensino fundamental (66%), possui renda familiar de até

um salário-mínimo (64%), moradores da região Nordeste (62%), beneficiários do Auxílio Brasil (66%) ou do Auxílio Gás (66%), pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS (65%), mulheres pardas (62%) e homens pretos (63%). O rechaço ao aumento da taxaço supera a média entre pessoas de 25 a 34 anos (47%), pessoas com ensino superior (59%) ou renda individual de 3 a 5 salários-mínimos (60%), moradores da região Sudeste (48%), pessoas que não recebem Auxílio Brasil (46%), e entre homens brancos (51%). A maior diferença entre concordância e discordância é verificada entre pessoas que recebem Auxílio Brasil ou Auxílio Gás (34 pontos percentuais). A maior diferença entre discordância e concordância – ou seja, entre aqueles que majoritariamente desaprovam maior taxaço – é de quem tem renda individual entre 3 e 5 salários-mínimos (20 pontos percentuais).

GRÁFICO 19.

Brasil – Apoio ao aumento de impostos em geral para financiar políticas sociais – 2017, 2019, 2021 e 2022

Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2020.



Pergunta: Concordância sobre a afirmação de que “o governo deve aumentar impostos em geral para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”.

Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

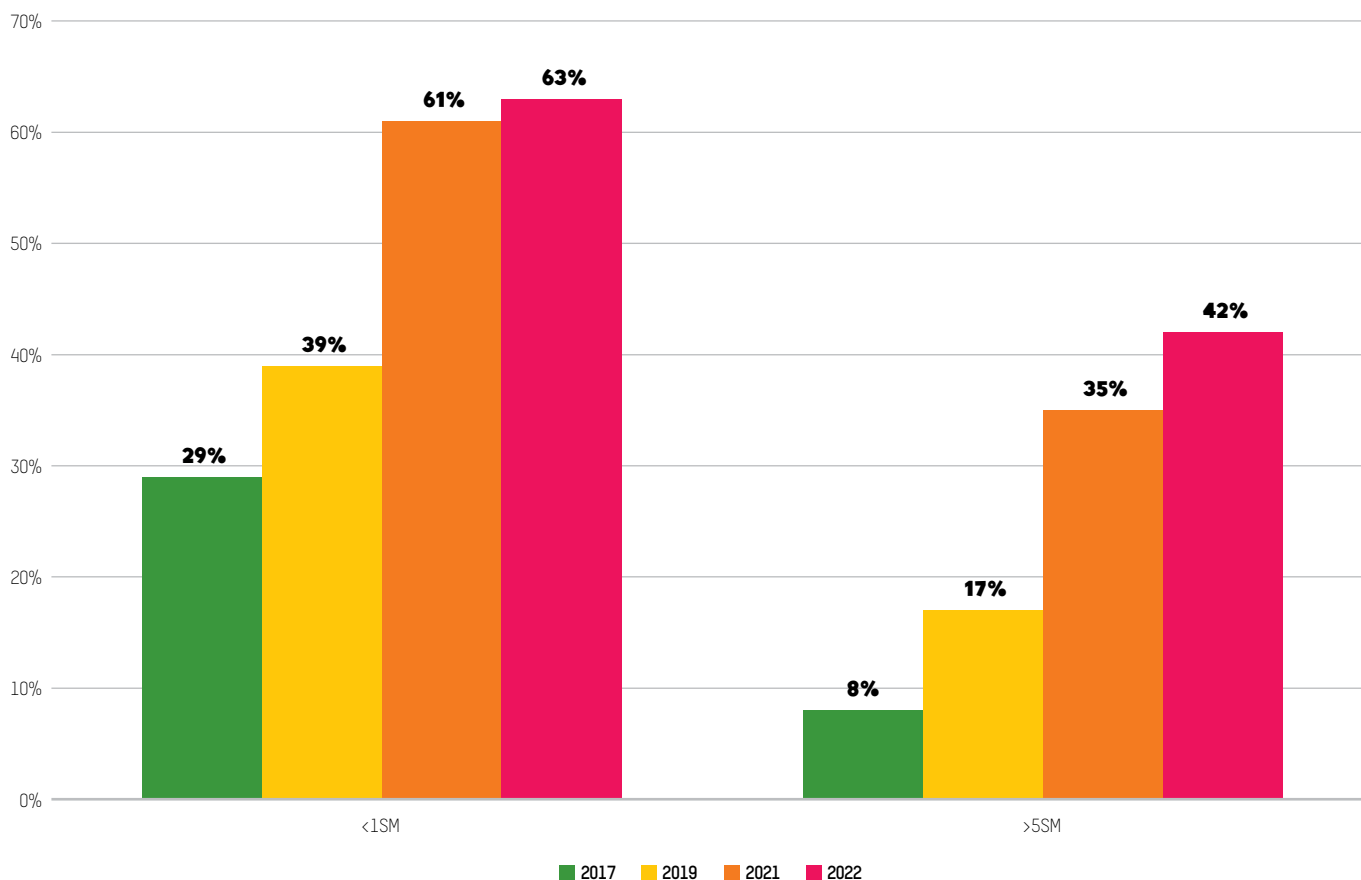
Entre 2017 e 2022, houve um crescimento constante no apoio à tributação em geral também quando se olha por estratos de renda (ver **Gráfico 20**). Considerando o grupo com rendimentos de até um salário-mínimo, saltou de 29% em 2017 para 63% em 2022, um expressivo aumento de 34 pontos percentuais. Dentre os brasileiros com renda superior a cinco salários-mínimos, embora o avanço tenha também sido de 34 p.p. desde a primeira pesquisa, o incremento representa mais de cinco vezes o percentual observado em 2017, com um salto de 8% para 42% em 2022. Há de se notar, porém, que entre brasileiros com renda superior a cinco salários-mínimos o percentual de discordância (58%) ainda supera o de concordância (42%).



GRÁFICO 20.

Brasil – Apoio à tributação de pessoas em geral para políticas sociais – 2017, 2019, 2021 e 2022

Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2017, 2019, 2020 e 2022



Pergunta: Concordância sobre a afirmação de que “o governo deve aumentar impostos em geral para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”.

Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

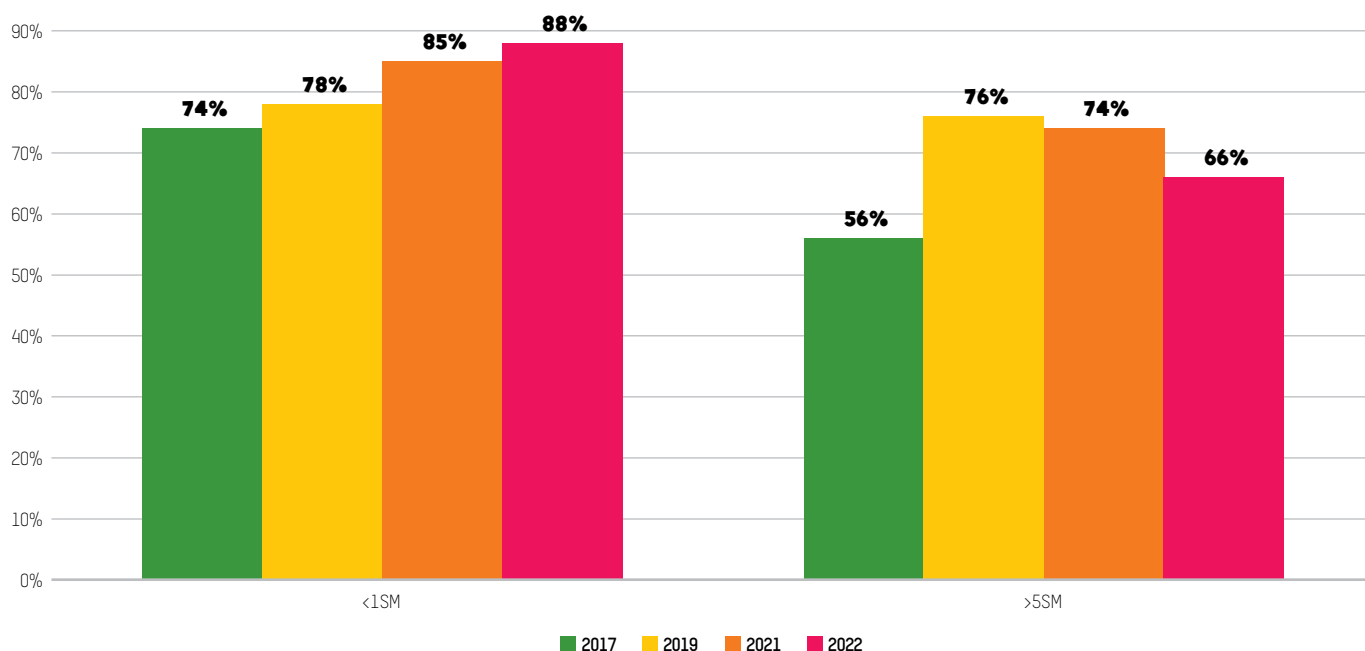
Variou em menor intensidade o apoio à tributação sobre pessoas mais ricas com o intuito de financiar políticas sociais (ver **Gráfico 21**). De 2017 a 2022, entre os brasileiros que ganham até um salário-mínimo o apoio passou de 74% para 88%, um aumento de 14 pontos percentuais,

em uma ascendente contínua. Por outro lado, entre os mais ricos, verifica-se duas tendências, com aumento acentuado do apoio entre 2017 e 2019 (passando de 56% para 76%) e queda sucessiva do apoio nas pesquisas seguintes: 74% em 2021 e 66% em 2022.

GRÁFICO 21.

Brasil – Apoio à tributação de pessoas muito ricas para políticas sociais – 2017, 2019, 2021 e 2022

Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2017, 2019 e 2020



Pergunta: Concordância sobre a afirmação de que “o governo federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”.

Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

Quando questionados sobre a destinação dos impostos, os brasileiros demonstram amplo apoio à utilização dos recursos para políticas públicas sociais que beneficiem principalmente os mais pobres, uma tendência que se manteve estável em todas as edições dessa pesquisa – 94% apoiam que o imposto pago seja usado para beneficiar, principalmente, educação, moradia e saúde dos mais pobres; o mesmo percentual se verificou em 2019 e 2021. Apenas 5% discordam. O apoio é ainda maior entre os jovens de 16 a 24 anos (96%), pessoas com renda individual entre 2 e 3 salários-mínimos (97%), moradores de municípios entre 200 e 500 mil habitantes (96%), brasileiros de religiões afro-brasileiras (97%), pessoas que declaram que pioraram de classe social

nos últimos cinco anos (96%) e mulheres negras (96%). A discordância supera a média entre quem ganha mais de cinco salários-mínimos (16%), moradores de municípios entre 50 e 200 mil habitantes (7%) e entre homens brancos (7%).

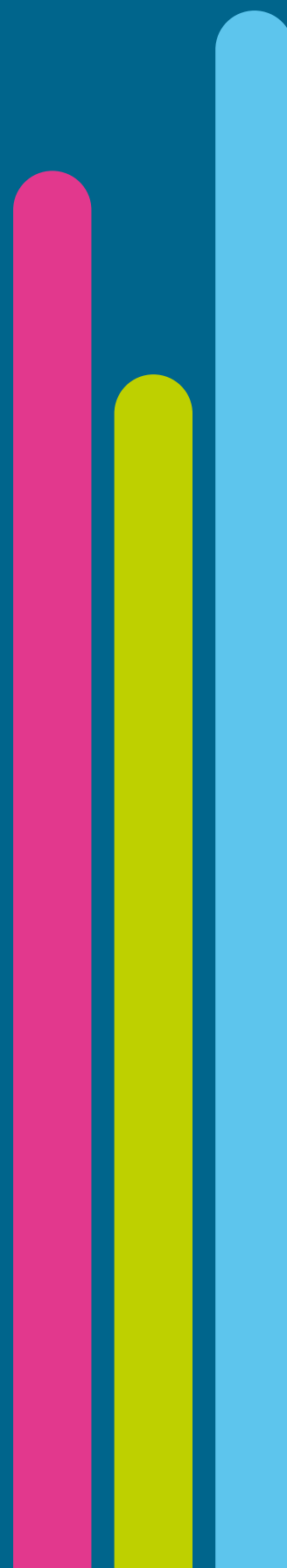
A solidariedade que congrega mais de nove em cada 10 brasileiros, em prol do emprego de impostos para financiar políticas públicas sociais voltadas à população em maior vulnerabilidade, se alinha com o amplíssimo apoio à obrigação dos governos garantirem recursos para programas de transferência de renda e de assistência social (ver **Seção 3.2**), cujo apoio atinge 96% dos brasileiros.

3.4. ESTADO PRESENTE E POLÍTICAS UNIVERSAIS

A trajetória ascendente e mobilizadora do apoio de grande maioria da população à importância do papel dos governos no combate às desigualdades se fez presente mais uma vez nesta pesquisa (ver **Gráfico 22**). Tais percepções reafirmam o alinhamento aos princípios consignados no Artigo 3º, III, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a redução das desigualdades como uma das diretrizes do Brasil.

Em 2022, 87% dos brasileiros concordavam que, em um país como o Brasil, os governos têm obrigação de diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres; em 2017, eram 79%. Esse apoio é ainda maior entre pessoas com renda familiar entre 1 e 2 salários-mínimos (89%), mulheres negras (90%) e entre mulheres com renda de até um salário mínimo (89%). A discordância supera a média (12%) entre pessoas com ensino superior (15%), que ganham acima de cinco salários-mínimos (24%), moradores da região Norte (17%), beneficiários de Auxílio Gás (16%).

O Estado também tem que priorizar a redução das desigualdades regionais, aponta 90% dos brasileiros; eram 81% em 2017. Esse apoio é ainda maior entre pessoas com renda familiar entre 2 e 3 salários-mínimos (92%), moradores de municípios entre 200 mil e 500 mil habitantes (92%), e entre pessoas pretas (92%) ou amarelas (96%). A discordância é maior que a média (9%) entre pessoas com renda individual maior que cinco salários-mínimos (16%), moradores de cidades de 50 mil a 200 mil habitantes (12%), e pessoas autodeclaradas indígenas (15%).

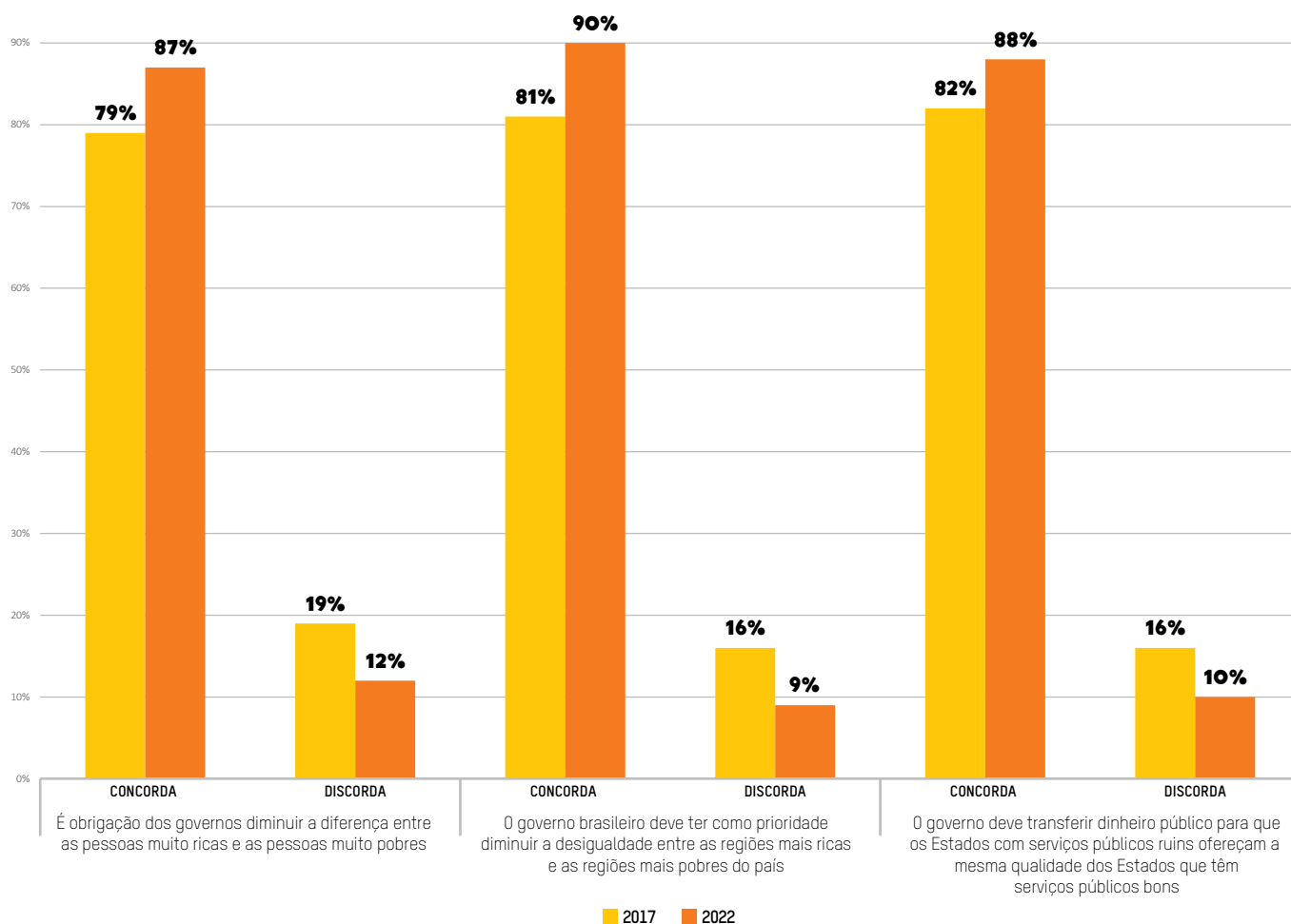


Há também grande o apoio à necessidade de investimentos dos governos para assegurar que Estados com serviços públicos inadequados ofereçam às suas populações serviços públicos de qualidade tais quais Estados mais ricos, conforme indicam 88% dos brasileiros; eram 82% em 2017. A concordância supera a média entre jovens de 16 a 24 anos (92%), quem tem renda familiar entre 1 e 2 salários-mínimos (90%), moradores da região Centro-Oeste (91%), pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS (91%) ou que são de religiões afro-brasileiras (94%). A discordância supera a média (11%; eram 16% em 2017) entre pessoas de 45 e 59 anos (16%), brasileiros que ganham acima de cinco salários-mínimos (21%), e homens brancos (14%).

GRÁFICO 22.

Brasil – Papel do Estado na redução das desigualdades – 2017 e 2022

Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2017 e 2022



Nota: Os números referem-se à somatória de concordâncias parciais e totais.

Em linha com a tendência verificada nas pesquisas anteriores, o apoio a políticas públicas universais segue forte e em ascensão, mostrando a persistência do respaldo popular do postulado de solidariedade inscrito na Constituição Federal de 1988.

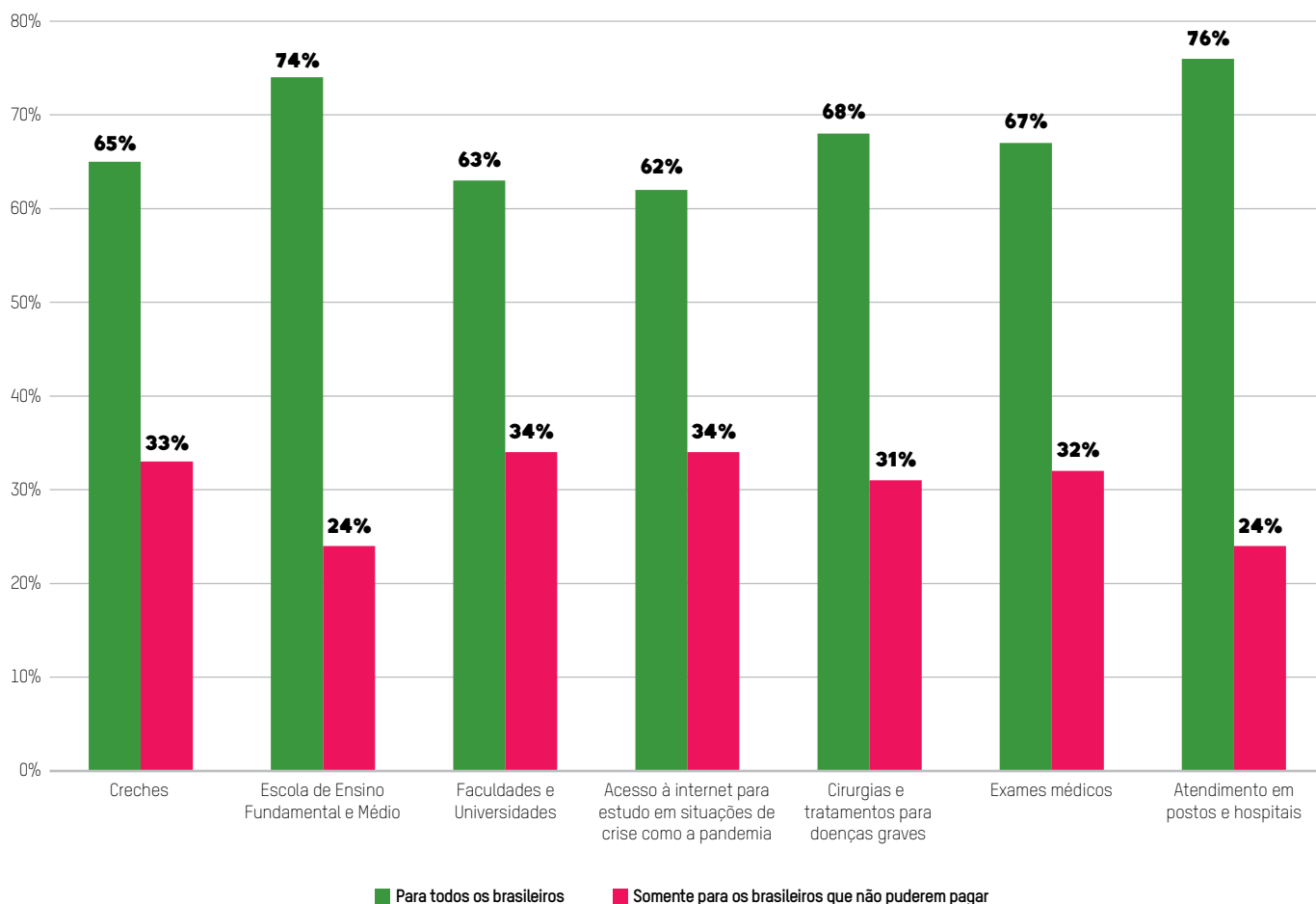
Como apontado no **Gráfico 23**, o apoio a políticas universais varia entre 62% e 76% das respostas, a depender dos serviços testados. No caso da educação, 65% dos brasileiros creem que o governo deve prover creches e universidades para todos – eram 58% em 2021, enquanto 33% preferiam que fosse somente para quem não pudes-

se pagar, ante 39% em 2019. Nos ensinos fundamental e médio, o apoio à oferta universal chegava a 74% – eram 69% em 2021, com apenas 24% apoiando a focalização naqueles sem condições financeiras para pagar; em 2021, eram 29%. Nas políticas de saúde, a relação universalidade *versus* focalização, foi de 68% vs. 31% (ante 65% vs. 35%, em 2021) no caso de cirurgias e tratamentos para doenças graves, 68% vs. 31% (contra 62% vs. 37% em 2021) no caso de exames médicos, e 76% vs. 24% (ante 72% vs. 27% em 2021) para atendimento em postos de saúde e hospitais.

GRÁFICO 23.

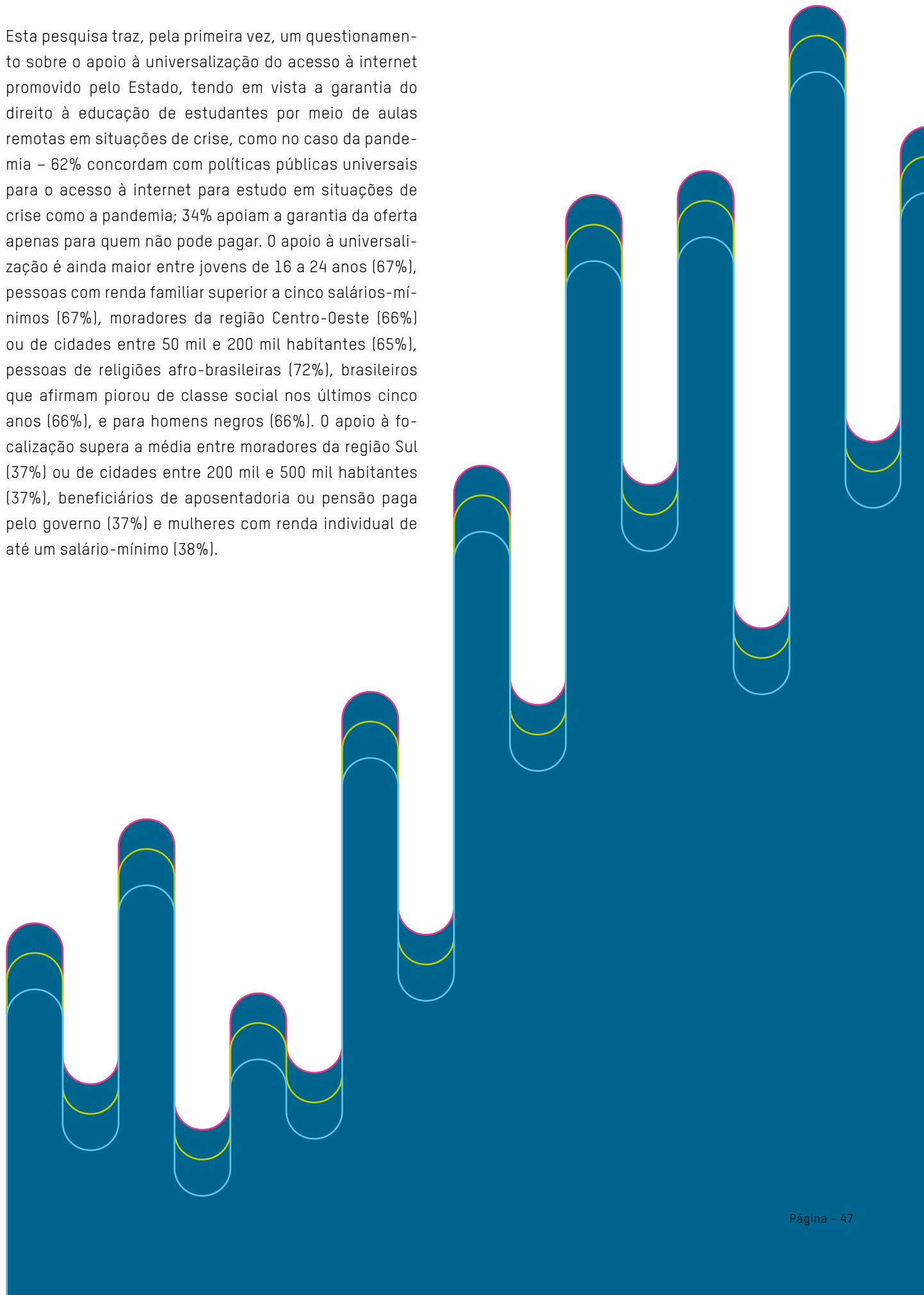
Brasil – Apoio a políticas universais, focalizadas ou a ausência de intervenção estatal em saúde e educação – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: "Na sua opinião, o governo deveria oferecer [o serviço] para todos os brasileiros, somente para os brasileiros que não puderem pagar ou para ninguém e todos deveriam pagar por esse serviço?"

Esta pesquisa traz, pela primeira vez, um questionamento sobre o apoio à universalização do acesso à internet promovido pelo Estado, tendo em vista a garantia do direito à educação de estudantes por meio de aulas remotas em situações de crise, como no caso da pandemia – 62% concordam com políticas públicas universais para o acesso à internet para estudo em situações de crise como a pandemia; 34% apoiam a garantia da oferta apenas para quem não pode pagar. O apoio à universalização é ainda maior entre jovens de 16 a 24 anos (67%), pessoas com renda familiar superior a cinco salários-mínimos (67%), moradores da região Centro-Oeste (66%) ou de cidades entre 50 mil e 200 mil habitantes (65%), pessoas de religiões afro-brasileiras (72%), brasileiros que afirmam piorou de classe social nos últimos cinco anos (66%), e para homens negros (66%). O apoio à focalização supera a média entre moradores da região Sul (37%) ou de cidades entre 200 mil e 500 mil habitantes (37%), beneficiários de aposentadoria ou pensão paga pelo governo (37%) e mulheres com renda individual de até um salário-mínimo (38%).



4. NÓS E AS DESIGUALDADES: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO

A redução das desigualdades no país é o princípio-guia do trabalho da Oxfam Brasil. É defesa que se pautas nas diretrizes inscritas na Constituição Federal de 1988, que estabelece entre os princípios da República a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todas as pessoas sem quais quer formas de discriminação.

O texto constitucional, em conjunto com o amplo repertório acumulado desde a redemocratização do Brasil, incluindo princípios e políticas públicas estruturais, consolida uma potente agenda na construção de uma sociedade justa e solidária. Pela quarta vez, a Oxfam Brasil testou essa agenda com o público entrevistado pelo Instituto Datafolha, buscando identificar o grau de importância de algumas medidas para a redução de desigualdades na opinião dos brasileiros e brasileiras. O **Gráfico 24** resume os resultados.

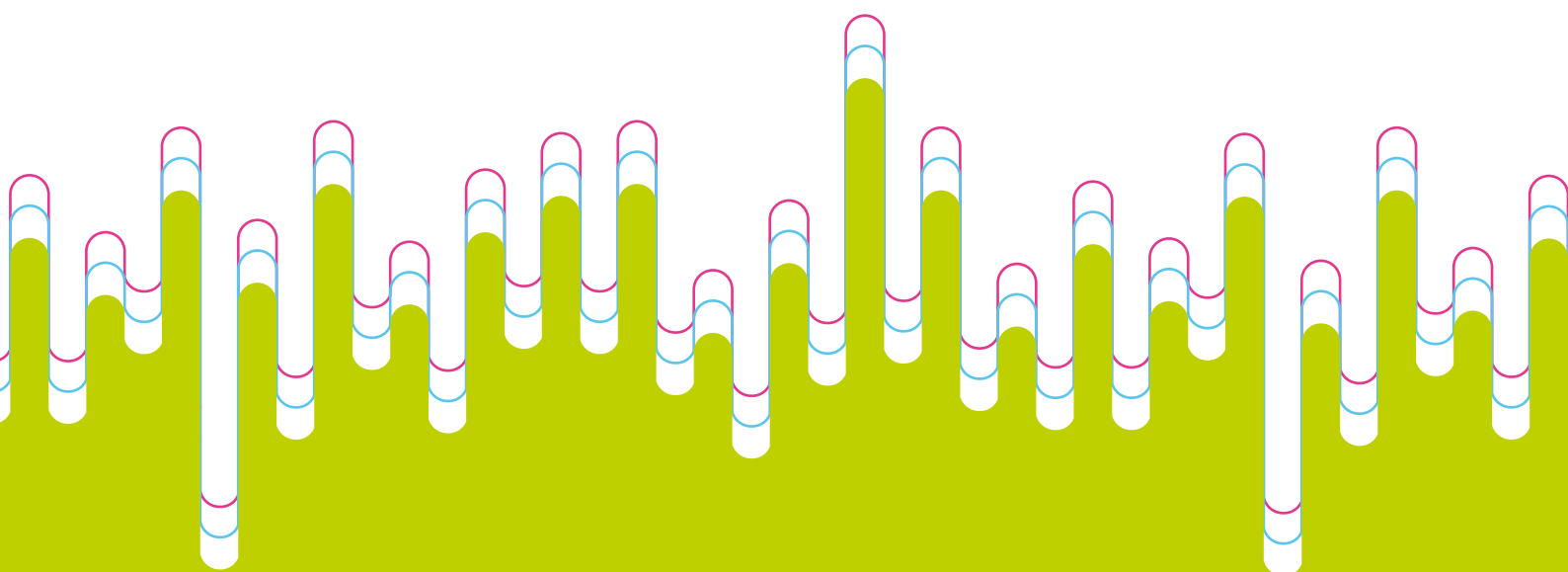
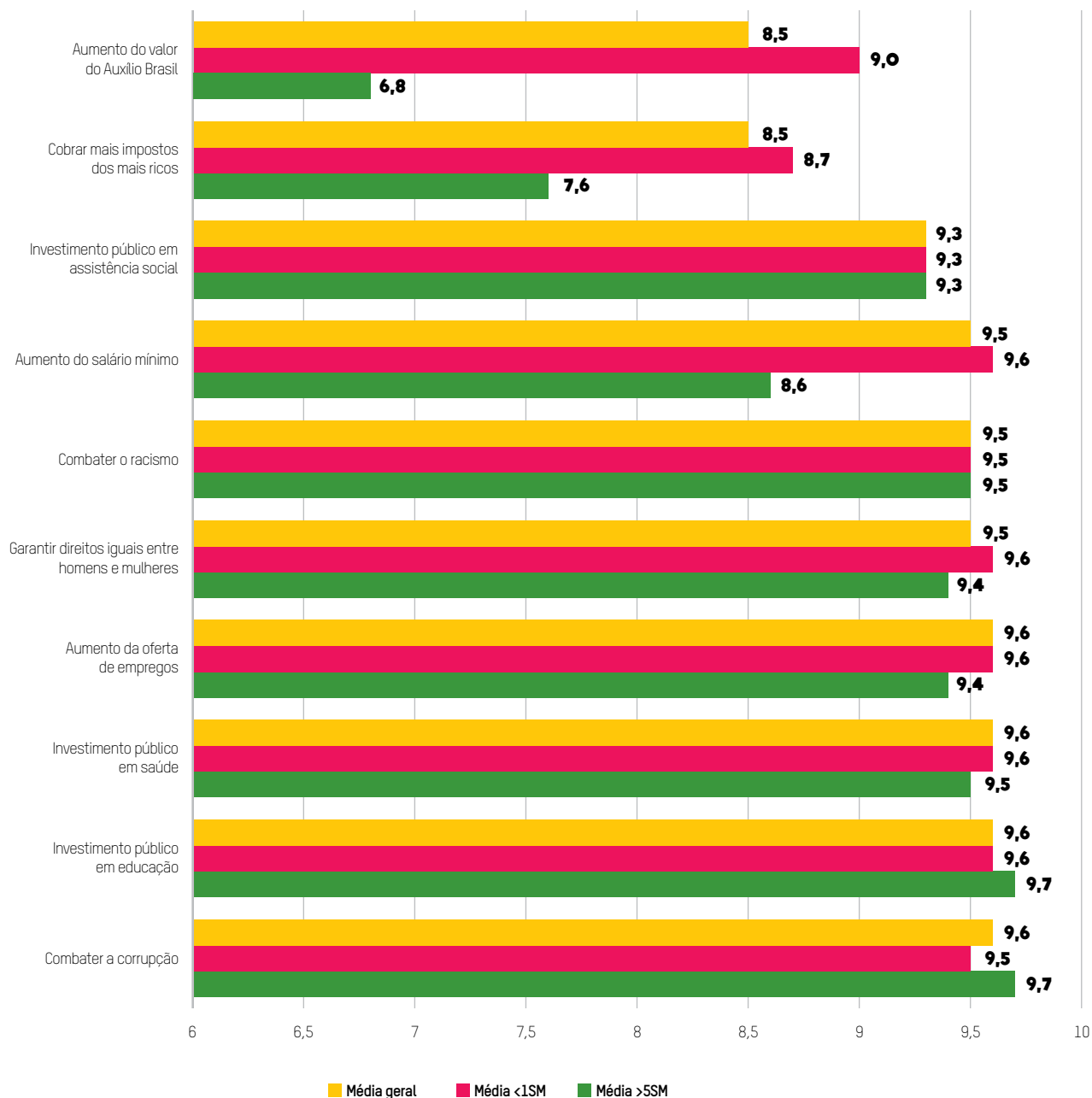


GRÁFICO 24.

Brasil – Médias dos graus de importância para dez medidas prioritárias para a redução de desigualdades – 2022

Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2022.



Pergunta: “Em uma escala de 0 a 10, em que 0 significa nada importante e 10 muito importante, o quanto você considera importante para diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil?”.

Via de regra, todas as medidas testadas foram consideradas em um nível bastante alto de importância para as pessoas entrevistadas, com nenhuma nota média geral abaixo de 8. A Oxfam Brasil tem proposto alguns caminhos para essas medidas, dialogando com outras organizações da sociedade e com as expectativas da população.

Investimento público em saúde [9,6] e em educação [9,6]: são políticas públicas sociais amplamente apoiadas pela população brasileira, independentemente do estrato social, com comprovado impacto distributivo positivo na vida da população em situação de pobreza e da classe média baixa⁵⁶. A extensão e profundidade das desigualdades no Brasil e o elevado percentual de pessoas em situação de pobreza demandam continuidade, visão de longo prazo, progressividade e qualidade dos investimentos sociais.

Agenda proposta: É prioritária a garantia de investimentos públicos necessários à efetivação dos direitos sociais constitucionais de saúde e educação, com qualidade e acesso universal, bem como à expansão de outras políticas sociais. Para tanto, a revogação da emenda do Teto de Gastos é fundamental. O ajuste fiscal deve priorizar a implementação de outras medidas de equilíbrio, como aquelas vinculadas à tributação, por exemplo. Deve-se aumentar o alcance, a eficiência e a efetividade do gasto social. A alocação e execução de políticas e recursos públicos devem ser marcadas pela transparência, possibilitando o controle da sociedade.

Oferta de empregos [9,6] e aumento do salário-mínimo [9,5]: políticas inclusivas e redistributivas no mercado de trabalho – como, por exemplo, a oferta de empregos formais e o aumento real do salário-mínimo – têm um maior potencial de redistribuir renda no curto prazo⁵⁷, e talvez por isso gozem de amplo apoio da sociedade. É necessário que o Brasil enfrente a baixa oferta de empregos, bem como garanta que a queda no desemprego se dê por meio de trabalho decente. O recuo da taxa de desemprego nos últimos meses, sem dúvida um avanço positivo, se deu às custas de postos de trabalho mais precarizados, contribuindo para uma queda geral da renda do trabalho no Brasil.⁵⁸ A taxa de insegurança alimentar grave em lares nos quais a pessoa de referência tem trabalho formal é quase a metade daquela verificada em lares cuja pessoa de referência tem trabalho informal.⁵⁹ Pela primeira vez em três décadas, o atual governo terminará seu mandato com um salário mínimo real menor do que quando iniciou.⁶⁰

Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende a oferta de trabalho formal e decente para todas e todos, o que inclui a revisão da reforma trabalhista no tocante à precarização do trabalho e à flexibilização de direitos. O aumento real do salário-mínimo é um dos pilares para a redução de desigualdades de renda verificadas no país há alguns anos, e deve ser retomado.

Combate à corrupção [9,6]: o combate à corrupção é apoiado amplamente pela população em todas as faixas de renda, mas com mais força pelas pessoas de maiores rendimentos (9,7). A corrupção é uma problemática histórica no país que precisa ser enfrentada, dado que não apenas desvia importantes recursos de políticas públicas sociais como contribui para minar a confiança nas instituições públicas.

Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende um Estado que funcione para todas e todos e não a partir dos interesses de poucos. É necessário que avancemos em mecanismos de prestação de contas e transparência, incluindo uma efetiva regulação da atividade de *lobby* e o fortalecimento das instâncias de participação da sociedade civil. A atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário deve visar o resgate da confiança nas instituições públicas, e não sua destruição, para um efetivo combate à corrupção. Os orçamentos públicos e as ações governamentais e devem ser transparentes e abertas ao acompanhamento da sociedade.

Direitos iguais entre mulheres e homens [9,5] e combate ao racismo [9,5]: políticas de combate à discriminação de mulheres e ao racismo são fundamentais para enfrentar as desigualdades brasileiras. Na questão de gênero, seguem desafios em relação a políticas de oferta de creches e outros cuidados (que recaem sobre as mulheres), políticas de combate à violência contra as mulheres e de promoção da equidade de gênero entre outras. Na questão racial, há desafios monumentais de inclusão educacional, de promoção e ampliação de cotas em universidades, empresas e serviço público, de salários equitativos e de combate ao racismo institucional.

Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende o estabelecimento de metas para redução da desigualdade de renda em função de raça e gênero, e a implementação de políticas que combatam com veemência o racismo institucional e promovam a igualdade. As desigualdades de gênero e raça também são reflexos de instâncias de poder marcadas pela sub-representação de mulheres e pessoas negras. Para mudar esse quadro, é prioritário democratizar os partidos políticos, assegurar equidade material no financiamento de campanhas e adoção de limites mais rígidos para doações eleitorais.

Investimento público em assistência social [9,3] e aumento do valor do Auxílio Brasil [8,5]: se confirma aqui o amplo apoio às políticas de proteção social. Ao contrário dos levantamentos anteriores, nesta pesquisa tanto o apoio daqueles com rendimentos inferiores a um salário mínimo quanto quem recebe mais de cinco salários mínimos se iguala à média, demonstrando uma visão solidária mais ampla sobre o papel de programas de assistência social, cujo caráter progressivo – ou seja, tem impacto mais destacado sobre os mais pobres – tem papel relevante na proteção de milhões de brasileiros. Também é digno de nota o apoio ao aumento do valor do Auxílio Brasil, programa de transferência de renda não-contributivo que substituiu o Programa Bolsa Família (PBF) no final de 2021. Embora, na média, o benefício pago pelo Auxílio Brasil seja superior ao do extinto PBF, a cobertura é muito menor do que a verificada durante a vigência do Auxílio Emergencial, programa que teve um papel de grande relevância durante a pandemia – principalmente em 2020 – como barreira contra a explosão da pobreza e da miséria. A demanda pelo aumento e ampliação do novo programa é condizente com um cenário persistente de crise econômica e social no Brasil, responsável por 33,1 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de fome, números que o país não via desde o início dos anos 1990.

Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende a revisão do programa atual, resgatando importantes sucessos e aprendizagens reconhecidos nos anos do PBF. Isso possibilitará a implementação de um programa de transferência de renda, com base em diagnósticos e na avaliação dos desenhos possíveis em termos de impacto sobre a pobreza e as desigualdades, fixando critérios e periodicidade de recomposição inflacionária dos benefícios e linhas de pobreza das pessoas atendidas. É preciso elevar o status da despesa do programa de transferência de renda para “obrigatória sem controle de fluxo”, de forma a garantir que todas as pessoas que cumpram os critérios de atendimento possam acessá-lo, mitigando erros de exclusão e transformando a segurança de renda às pessoas em situação de pobreza em um direito.

Cobrar mais impostos dos mais ricos [8,5]: a reforma tributária é pauta prioritária do Congresso Nacional, à luz do potencial impacto positivo sobre a distribuição de renda. O amplíssimo apoio ao aumento da tributação dos mais ricos para financiamento de políticas sociais corrobora essa análise. Uma reforma tributária justa e solidária é fundamental ferramenta para assegurar solidez fiscal com redistribuição de renda.

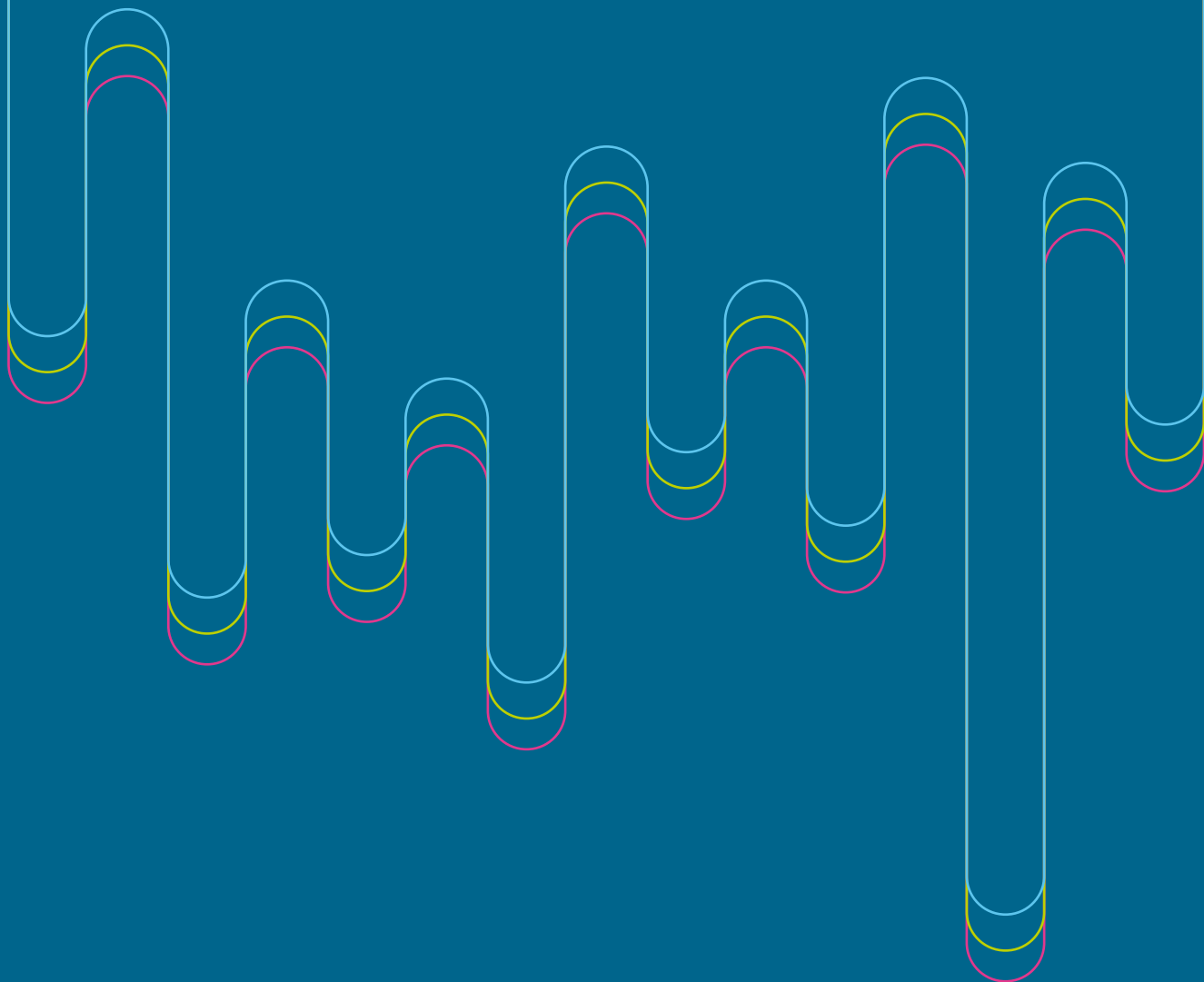
Agenda proposta: Uma reforma tributária que acabe com a regressividade do nosso sistema fiscal é necessária tanto pelo nível de injustiça que hoje apresenta como para que o país possa enfrentar seus desafios de retomada econômica e equilíbrio fiscal. É importante garantir que as mudanças tributárias a serem definidas pelo Congresso Nacional e governos estejam alinhadas com o que prevê a Constituição Federal em termos de contribuição justa.

REFERÊNCIAS

- 1 A explicação da metodologia foi retirada do documento final produzido pelo Instituto Datafolha. Todas as informações metodológicas têm tal documento como fonte.
- 2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988. Artigo 3º, inciso III.
- 3 IBGE, Síntese de indicadores sociais 2021 <https://bit.ly/3LN-2DAN>
- 4 Este valor foi calculado com a taxa de câmbio do dia 31 de janeiro de 2019, data em que o questionário-base foi fechado para aplicação em campo.
- 5 Auxílio Emergencial diminuiu extrema pobreza em 2020, mostra IBGE <https://bit.ly/3vLlnIR>
- 6 Carta Capital, "Renda média do brasileiro atinge o menor valor da série histórica, diz IBGE" <https://bit.ly/3AUSfUL>
- 7 G1, "Renda em queda e vida no aperto: os 'corres' dos brasileiros que não ganham nem 1 salário mínimo" <http://glo.bo/3T-taszV>
- 8 Cálculos da Oxfam Brasil com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2017 (todos os rendimentos).
- 9 Cálculos da Oxfam Brasil com base no salário-mínimo de 2022, de R\$ 1.212.
- 10 BBC Brasil. "Mudança climática: 'é agora ou nunca' para evitar catástrofe, diz novo relatório" <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60990088>
- 11 Nações Unidas Brasil. "Relatório climático da ONU: estamos a caminho do desastre, alerta Guterres" <https://bit.ly/3zjdgre>
- 12 O Globo. "'Racismo ambiental também é uma forma de genocídio', diz Amanda Costa, 24 anos, ativista e embaixadora da juventude na ONU" <http://glo.bo/3PFQaRi>
- 13 O Globo. "Douglas Belchior: 'não existe a possibilidade de debater a crise climática sem falar do racismo ambiental'" <http://glo.bo/3PAvmep>
- 14 Brasil de Fato. "Estudo aponta conexão entre mudanças climáticas e os temporais que afetam o Nordeste" <https://bit.ly/3cqgeS6>
- 15 CNN Brasil. "Mais tecnologia, mais desigualdade: como a pandemia mudará o mercado de trabalho" <https://bit.ly/3ohM1r4>
- 16 Geraldo S. Góes, Felipe dos S. Martins e José Antônio S. Nascimento. "O trabalho remoto e a pandemia: a manutenção do status quo de desigualdade de renda no país" <https://bit.ly/3zjg487>
- 17 Flacso Brasil. "Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país" <https://bit.ly/3QifKgb>
- 18 Folha de São Paulo. "Meninos têm chance 64% maior de repetir de ano do que meninas, diz estudo" <https://bit.ly/3NM44Rd>
- 19 G1. "Em um ano de pandemia, 377 brasileiros perderam o emprego por hora" <http://glo.bo/3whzS8S>
- 20 Agência Brasil. "Taxa de desemprego fica em 11,1% no primeiro trimestre, informa IBGE" <https://bit.ly/3KRu60x>
- 21 Oxfam Brasil. "Democracia Inacabada: Um retrato das desigualdades brasileiras", 2021
- 22 Christian Aid. "Vaccine inequity down to rich countries' selfish policies" <https://bit.ly/395WaTg>
- 23 Unicef. "G20 members have received 15 times more COVID-19 vaccine doses per capita than sub-Saharan African countries" <https://uni.cf/3MW2YBA>
- 24 Michal Rutkowski. "How social protection can help countries cope with COVID-19" <https://blogs.worldbank.org/voices/how-social-protection-can-help-countries-cope-covid-19>
- 25 Chris Giles. "Global economy: the week that austerity was officially buried" <https://on.ft.com/3TI54ce>
- 26 Estado de Minas. "Após um ano de pandemia, Brasil tem recorde de desempregados" <https://bit.ly/3w0Rozp>

- 27 Folha de São Paulo. “Quase 600 mil empresas fecham as portas e dificultam recuperação do emprego” <https://bit.ly/2YBGHVW>
- 28 Brasil de Fato. “Minirreforma trabalhista transforma jovens em trabalhadores de segunda classe, diz pesquisadora” <https://bit.ly/3ApMt3>
- 29 Jornal O Globo. “Uma em cada quatro brasileiras sofreu violência durante a pandemia, revela pesquisa” <http://glo.bo/37wXIVQ>
- 30 Rede Pensann. “Olhe para a Fome” <http://olheparaafome.com.br/>
- 31 Marcelo Medeiros. “Um plano para os mais pobres” <http://glo.bo/3l0ITho>
- 32 PODER 360. “Auxílio emergencial custará R\$ 321,8 bilhões aos cofres públicos”. 04.09.2020. Disponível em [https://www.poder360.com.br/economia/auxilio-emergencial-custara-r-3218-bilhoes-aos-cofres-publicos/#:~:text=0%20aux%C3%ADlio%20emergencial%20\(coronavoucher\)%2C,2020](https://www.poder360.com.br/economia/auxilio-emergencial-custara-r-3218-bilhoes-aos-cofres-publicos/#:~:text=0%20aux%C3%ADlio%20emergencial%20(coronavoucher)%2C,2020). Acessado em 03.03.2021.
- 33 EL PAÍS. “O Brasil que reduziu a pobreza em plena pandemia vê a fome rondar quem deixou de receber o auxílio”. 23.01.2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-23/o-brasil-que-reduziu-a-pobreza-em-plena-pandemia-ve-a-fome-rondar-quem-deixou-de-receber-o-auxilio.html>. Acessado em 04.03.2021.
- 34 EL PAÍS. “O Brasil que reduziu a pobreza em plena pandemia vê a fome rondar quem deixou de receber o auxílio”. 23.01.2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-23/o-brasil-que-reduziu-a-pobreza-em-plena-pandemia-ve-a-fome-rondar-quem-deixou-de-receber-o-auxilio.html>. Acessado em 04.03.2021.
- 35 UOL. “Prorrogar auxílio pioraria situação dos mais pobres, diz secretário” <https://bit.ly/3l1GN0w>
- 36 O ESTADO DE S. PAULO. “Limite de R\$ 44 bi para auxílio emergencial prevê menor parcela em R\$ 150”. 10.03.2021. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,limite-de-r-44-bipara-auxilio-emergencial-preve-menor-parcela-em-r-150-veja-o-que-vem-apos-a-pec,70003643363>. Acessado em 04.03.2021.
- 37 Oxfam Brasil. “Nota da Oxfam Brasil sobre o fim do Bolsa Família” <https://bit.ly/3l0lc8Z>
- 38 Letícia Bartholo, Rogério da Veiga e Rogério Jerônimo Barbosa. “O que muda no `novo Bolsa Família” <https://bit.ly/3vZG8mR>. Letícia Bartholo. “Direitos improvisados” <https://bit.ly/3yua2Bn>. Correio Braziliense. “O Auxílio Brasil é um pastel de vento”, diz Teresa Campello” <https://bit.ly/3w3fk1F>
- 39 Brasil de Fato. ““Situação é de altíssimo risco”, define ex-ministra Teresa Campello sobre fim do Bolsa Família” <https://bit.ly/3ysSWDW>
- 40 UOL. “Auxílio Emergencial: Pelo menos 20 milhões perderão o benefício em novembro” <https://bit.ly/3whYU81>
- 41 Brasil. “Governo zera fila de espera do Auxílio Brasil” <https://bit.ly/3LgjJWQ>
- 42 O Estado de São Paulo. “Vitrine eleitoral, Auxílio Brasil emperra e cria lista de espera pelo benefício social” <https://bit.ly/3Llt6EL>
- 43 Emenda Constitucional nº. 123, de 14 de julho de 2022. <https://bit.ly/3wRjW6T>
- 44 G1. “PEC Kamikaze é aprovada, e governo poderá turbinar benefícios sociais na eleição” <http://glo.bo/3c6c09s>
- 45 InfoMoney. “Governo manda Orçamento com Auxílio Brasil de R\$ 405 em 2023, apesar de Bolsonaro prometer R\$ 600” <https://bit.ly/3Bjk7gZ>
- 46 Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº. 2.337, de 2021 <https://bit.ly/3FU8T83>
- 47 Ursula Dias Peres e Fábio Pereira dos Santos. “Contribuição emergencial sobre altas rendas de pessoas físicas: enfrentar a desigualdade tributária no Brasil e a COVID-19”. Parlamento e Sociedade, p. 112, 2020 <https://bit.ly/3a83G0r>
- 48 IG. “Parecer sobre a reforma do Imposto de Renda não será apresentada pelo relator” <https://bit.ly/38DxMIC>
- 49 Veja. “O acordo de Pacheco com Davi Alcolumbre sobre a reforma tributária” <https://bit.ly/3wmk2v2>
- 50 Senado Federal. “Relator da reforma tributária apresenta à CCJ novas alterações ao texto” <https://bit.ly/3yGvMtm>
- 51 Valor Econômico. “Alcolumbre alega falta de quórum e cancela sessão da CCJ sobre reforma tributária” <http://glo.bo/3wihxtd>
- 52 Senado Federal. “CCJ cancelada” <https://bit.ly/3NkHR5D>
- 53 São elas: a) Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (PL 3.887/2020); b) Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (PEC 110/2019); e c) Imposto de Renda (PL 2.337/2021) <https://bit.ly/3LIUD9c>
- 54 Brasil. “Agenda Legislativa prioritária do Governo Federal para 2022” <https://bit.ly/3lpg8ep>

- 55 InfoMoney. "Lula promete reforma tributária que faça os mais ricos pagarem mais impostos" <https://bit.ly/3NnUpzQ>. Poder 360. "Por 3ª via, Ciro, Eduardo Leite e Mandetta defendem reformas tributária e política" <https://bit.ly/3Mq01ZY>. Gazeta do Povo. "“Não vamos ter Posto Ipiranga”, diz Doria, ao prometer reformas administrativa e tributária" <https://bit.ly/3MvaXpy>. Veja. "Simone Tebet: "Reforma tributária vai reduzir a desigualdade" <https://bit.ly/37RFpea>
- 56 SILVEIRA, F. G., FERREIRA, J. 2011. "Equidade fiscal no Brasil: Impactos Distributivos da Tributação e do Gasto Social". Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Comunicado n. 92. Brasília.
- 57 PNUD. 2013. "Humanidad Dividida: cómo hacer frente a la desigualdad en los países en desarrollo."
- 58 IBGE. "Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012" <https://bit.ly/3txoHbJ>
- 59 Rede Penssan. Olhe para a Fome 2022, p. 82
- 60 Jornal O Globo. "Bolsonaro será 1º presidente desde o Plano Real a terminar mandato com salário mínimo valendo menos" <http://glo.bo/3xK6067>



OXFAM BRASIL

Avenida Pedroso de Morais, 272 - 8º andar
Pinheiros - São Paulo - SP - Brasil - CEP 05420-000
(11) 3811-0400

www.oxfam.org.br